



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**



LINDAURA SANTOS DA COSTA

**AS MULHERES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA E
AUTONOMIA FEMININA NO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU NO MUNICÍPIO
DE SANTANA-AP**

**MACAPÁ
2022**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ-UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PP GEO



LINDAURA SANTOS DA COSTA

**AS MULHERES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA E
AUTONOMIA FEMININA NO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU NO MUNICÍPIO
DE SANTANA-AP**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Geografia. **Orientador:** Prof. Dr. Jodival Mauricio da Costa.

MACAPÁ
2022

NOME: LINDAURA SANTOS DA COSTA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Geografia

TÍTULO: AS MULHERES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA E AUTONOMIA FEMININA NO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU NO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP.

Aprovado em: ____ de _____ de 202__.

BANCA EXAMINADORA:

Universidade Federal do Amapá

Universidade Federal do Amapá

Universidade Federal do Amapá

Macapá-AP, ____ de _____ de 202__.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP

Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

C837m Costa, Lindaura Santos da.

As mulheres na produção e comercialização agrícola e autonomia feminina no assentamento Anauerapucu no município de Santana- AP / Lindaura Santos da Costa. Macapá, 2023.

1 recurso eletrônico. 102 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá. Coordenação do Programa de Pós-graduação em Geografia. Macapá, 2023.

Orientador: Jodival Mauricio da Costa. Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Agricultura. 2. Associativismo. 3. Mulheres. I. Costa, Jodival Mauricio da, orientador. II. Universidade Federal do Amapá . III. Título.

CDD 23. ed. – 307.72

COSTA, Lindaura Santos da. As mulheres na produção e comercialização agrícola e autonomia feminina no assentamento Anauerapucu no município de Santana- AP. Orientador: COSTA, Jodival Mauricio da. 2023. 102 f. Dissertação (Mestrado) Coordenação do Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2023.

Dedico este trabalho a Deus. Dedico também a Professora Dra. Maria Geralda de Almeida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aos amigos e aos familiares. Em especial aos meus irmãos pelo apoio financeiro, e pela paciência nos meus períodos de ausência no seio familiar. Agradeço aos amigos pelo apoio emocional, e por não me deixar desistir nos períodos mais difíceis. Agradeço a Ilma. Professora Dra. Maria Geralda de Almeida, por sua excelente contribuição, e por ter me dado a honra de fazer parte da minha banca de qualificação. Um agradecimento especial a presidente da Attafex-San, a senhora Djanira Ferreira de Oliveira, por não ter medido esforços no apoio desta pesquisa, fornecendo documentos, e apoio logístico, assim como feito a ligação entre esta pesquisadora e as mulheres agricultoras. Agradeço também a todos os participantes, que direta ou indiretamente, contribuíram para a construção desta pesquisa, abrindo a porta dos seus lares, mesmo em seus períodos de descanso. Agradeço também a mim mesma, por prosseguir.

Levanto a minha voz, não para que eu possa gritar, mas para que aqueles sem voz possam ser ouvidos.

Malala Yousafzai

COSTA, LINDAURA SANTOS DA. AS MULHERES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA E AUTONOMIA FEMININA NO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU NO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP. 2022.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de mestra em Geografia

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a participação das mulheres do Assentamento Anauerapucu na produção e comercialização dos produtos agrícolas. De forma específica, pretendeu-se pesquisar fontes bibliográficas sobre protagonismo feminino no campo, e a situação das mulheres como produtoras agrícolas; investigar a participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos agrícolas no Assentamento Anauerapucu; Analisar os resultados das coletas de dados sobre a organização de mulheres produtoras do assentamento Anauerapucu. Metodologicamente, se trata de uma pesquisa de campo qualitativa, hipotético-dedutiva, de caráter exploratório. O Local da pesquisa foi o assentamento do Anauerapucu, zona rural do município de Santana-AP, especificamente com a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana (Attafex-San). A coleta de dados se deu por meio de entrevista em formato de conversa, da qual participaram agricultoras associadas à Attafex-San. A experiência da Attafex- San apresenta um modelo para fortalecer a capacidade organizacional e de liderança das mulheres trabalhadoras do setor da economia informal. As mulheres tornam-se sujeitos com poder de agência social, econômica e cultural. As mulheres realizam atividades que geram renda e são elas que usufruem dos benefícios. Na visão de desenvolvimento alternativo gerado por essas narrativas de emancipação, as mulheres concebem modelos de produção econômica participativa e empreendedorismo que potencializam o tecido social da comunidade. As abordagens metodológicas e estratégicas utilizadas por essas mulheres destacam seu poder de transformar a opressão e a discriminação em oportunidades de empoderamento individual e organizacional. Essas mulheres se organizam não só para produzir e gerar renda, mas também para transformar sua realidade material, social e cultural.

Palavras-chave: Agricultura. Associativismo. Mulheres. Autonomia.

COSTA, LINDAURA SANTOS DA. WOMEN IN AGRICULTURAL PRODUCTION AND MARKETING AND FEMALE AUTONOMY IN THE ANAUERAPUCU SETTLEMENT IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA-AP. 2022.

Dissertation presented to the Graduate Program in the Professional Master's Degree in Frontier Studies at the Federal University of Amapá, 2022.

ABSTRACT

The objective of this study was “to analyze the participation of women from the Anauerapucu Settlement in the production and commercialization of agricultural products”. Specifically, the aim is to “research bibliographical sources on female protagonism in the countryside, and the situation of women as agricultural producers”; “Investigate the participation of women in the production and commercialization of agricultural products in the Anauerapucu Settlement”; “To analyze the results of data collection on an organization of women producers in the Anauerapucu settlement”. Methodologically, it is a qualitative field research, hypothetical-deductive, of an exploratory nature. The research site was the settlement of Anauerapucu, rural area of the municipality of Santana-AP, specifically with the Association of Workers and Workers of Family Agriculture and Extractivism of Santana (Attafex-San). Data collection took place through interviews in conversation format, in which farmers associated with Attafex-San participated. The experience of Attafex-San presents a model for strengthening the organizational and leadership capacity of women workers in the informal economy sector. As women become subjects with power of social, economic and cultural agency. Women perform activities that generate income and they are the ones who enjoy the benefits. In the vision of alternative development generated by these narratives of emancipation, women conceive models of participatory economic production and entrepreneurship that enhance the social fabric of the community. The methodological and strategic approaches used by these women highlight their power to transform oppression and understanding into opportunities for individual and organizational empowerment. These women organize themselves not only to produce and generate income, but also to transform their material, social and cultural reality.

Keywords: Agriculture. Associativism. Women. Autonomy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma dos aspectos gerais da pesquisa.....	15
Figura 2: Mapa das áreas de Assentamentos Rurais no Estado do Amapá.....	53
Figura 3: Mapa de Localização dos PAEs do Estado do Amapá.....	54
Figura 4: Portaria nº21, de 22 de abril de 1998.....	57
Figura 5: Mapa de localização do Assentamento Anauerapucu.....	58
Figura 6: Mapa de localização das estradas do Assentamento Anauerapucu.....	58
Figura 7: Recorte do Estatuto da Attafex-San.....	60
Figura 8: Recorte do Estatuto da Attafex-San.....	61
Figura 9: Foto da reunião da Attafex-San do dia 10 de julho de 2021.....	63
Figura 10: Foto da reunião da Attafex-San do dia 10 de julho de 2021.....	63
Figura 11: Foto da entrevista em formato de roda de conversa.....	66
Figura 12: Produtos comercializados pelas agricultoras.....	68
Figura 13: Mapa de localização das moradoras participantes da pesquisa.....	69
Figura 14: Agricultora contemplada pelo Programa Fomento Mulher.....	72
Figura 15: Divisão dos títulos de terras das famílias das participantes da roda de conversa do Assentamento Anauerapucu por sexo do titular.....	74
Figura 16: Foto de horta de agricultora da Attafex-San.....	75
Figura 17: Foto de produtos das agricultoras da Attafex-San à venda em feiras.....	76
Figura 18: Organograma jornada de trabalho como mulheres agricultoras, esposas, mães e responsáveis.....	78
Figura 19: Organograma jornada de trabalho como agricultoras.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Amapá.
ATTAFEX- SAN	Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
CONSEA	Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.
GT ANA	Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PEA	População Economicamente Ativa.
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária.
PIF	Produção Integrada de Frutas.
POPMR	Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais.
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá.
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional.
SSR	Serviço Social Rural.
WFS	<i>World Fodd Summit</i> , Cúpula Mundial da Alimentação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 01: A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO	16
CAPÍTULO 02: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA AGROECOLOGIA	31
2.1 O papel da mulher na agricultura familiar	32
2.2 Os desafios para o protagonismo da mulher na agricultura familiar	39
2.3 A agricultura familiar e o grupo nacional de agroecologia	43
2.4 A Mulher na Agroecologia: um entrelaçamento essencial.	45
CAPÍTULO 03: O ASSENTAMENTO DO ANAUERAPUCU E A Attafex-San.	50
3.1 O Assentamento Anauerapucu	56
3.2 A Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana (Attafex-San)	59
3.3 Reunião alusiva ao aniversário de criação da Attafex-San.	62
3.4 Participação das Mulheres agricultoras na Attafex-San.	64
CAPÍTULO 04: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU	66
4.1 Entrevista com as agricultoras da Attafex-San.	66
4.2 Linhas de crédito Disponíveis para as agricultoras	71
4.3 Logística de produção e comercialização das mulheres produtoras da Attafex-San.	74
4.4 A dupla jornada de trabalho das mulheres na agricultura	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, a desigualdade de gênero no local de trabalho ainda é generalizada no que diz respeito ao acesso a oportunidades, recursos, influência e reconhecimento pelas funções desempenhadas, mesmo em locais de trabalho predominantemente femininos. O campo, tratado como ambiente conflituoso, por vezes silencia alguns de seus atores, como é o caso das mulheres camponesas, que mesmo fazendo parte de momentos importantes no processo de produção agrícola, nem sempre são vistas como protagonistas. Pode-se atribuir isto a diversos fatores culturais e sociais, entre os quais destacamos a ideia de que a mulher, no âmbito rural, tem participação apenas de colaboradora ou auxiliadora do homem.

Porém, vemos que estudos sobre mulheres rurais como protagonistas no processo produtivo agrícola ainda são escassos. Existem mais pesquisas acerca do acesso feminino às políticas públicas para comercialização do que sobre elas como protagonistas diretas na renda familiar, sendo importante o estudo sobre a mulher na atividade rural, atuando de forma primordial para a produção de alimentos.

Desta forma, este estudo intitulado “As mulheres na produção e comercialização agrícola e autonomia feminina no assentamento Anauerapucu no município de Santana-AP” pretende contribuir para a construção de conhecimento que vise compreender a participação da mulher no processo produtivo no campo. Para isso, usamos como metodologia um estudo de caso no Assentamento Anauerapucu, em Santana-AP, pois tal assentamento possui um grupo rico de mulheres que desempenham funções de suma importância na produção de produtos agrícolas desta comunidade.

Visa-se observar não somente a situação da autonomia financeira, mas outros requisitos nas áreas sociais, analisando a existência de organização dessas mulheres para defender e comunicar os interesses dentro e fora do assentamento. Busca-se ainda responder a seguinte problemática “Como se dá a participação das mulheres do Assentamento Anauerapucu na produção e comercialização dos produtos agrícolas?”.

E como resposta inicial construiu-se a hipótese de que “As mulheres têm participação ativa na produção e comercialização dos produtos agrícolas, embora

tenham uma dupla jornada de trabalho ao cuidar da casa, dos filhos, das pessoas idosas, e outros afazeres domésticos”.

Diante do exposto o objetivo geral é analisar a participação das mulheres do Assentamento Anauerapucu na produção e comercialização dos produtos agrícolas. E os específicos de pesquisar fontes bibliográficas sobre protagonismo feminino no campo, e a situação das mulheres como produtoras agrícolas; investigar a participação das mulheres na produção e comercialização dos produtos agrícolas no Assentamento Anauerapucu e abordar os resultados das coletas de dados sobre a organização de mulheres produtoras do assentamento Anauerapucu”.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, do tipo estudo de caso, primordialmente qualitativa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Em seguida foi feita a coleta de dados através de: entrevistas abertas em formato de roda de conversa, com mais de uma agricultora; entrevistas abertas com as agricultoras; observações de reuniões; fotografias; mapeamentos; e tabelas. De modo que podemos descrever esta pesquisa como uma pesquisa de campo qualitativa, hipotético-dedutiva, de caráter exploratório.

Para o fim desta pesquisa, deseja-se obter uma diagnose da participação das mulheres na produção agrícola no Assentamento Anauerapucu. Contribuindo para a discussão do papel da mulher rural e da igualdade entre os gêneros. Assim como para a construção de conhecimento que auxilie políticas públicas no âmbito da produção agrícola, e desenvolvimento regional focado no protagonismo da mulher no campo.

Ao realizar a redação desta pesquisa decidimos organizá-lo em quatro capítulos. A saber, “Capítulo 01: Protagonismo feminino no campo”, “Capítulo 02: A Mulher na agricultura familiar e na agroecologia”, “Capítulo 03: A Attafex-San e o assentamento do Anauerapucu”, e “Capítulo 04: Participação das mulheres na produção e comercialização agrícola do assentamento do Anauerapucu”.

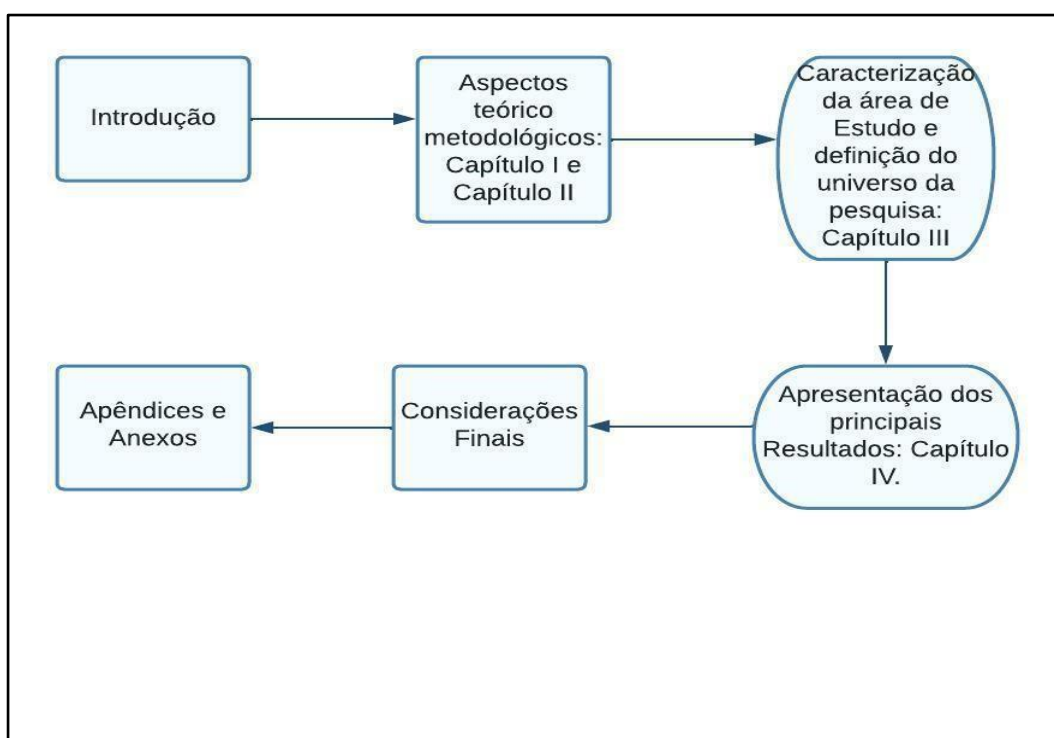
Assim, iniciamos com uma revisão bibliográfica acerca dos principais conceitos que nortearam nosso trabalho, que serviu como base para elaboração do primeiro e segundo capítulo. Neles discorreremos sobre os conceitos de protagonismo feminino. Continuamos, especificamente no capítulo II, abordando a agroecologia e como ela se entrelaça nas temáticas da mulher campesina, assim como na agricultura familiar.

No capítulo III, tratamos do conceito de assentamento rural, que nos ajudará na análise dos dados coletados. Assim também, como as informações iniciais acerca

da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana – Attafex-San, que serviu como universo de amostra da pesquisa.

No capítulo IV tratamos da análise dos dados coletados. Discorreremos mais profundamente sobre a relação das mulheres agricultoras no assentamento. Como elas realizam o plantio, a colheita, o transporte e a venda. Além das dificuldades enfrentadas por elas como mulheres, agricultoras, e chefes de família. Por último, fazemos nossas considerações finais.

Figura 1: Fluxograma dos aspectos gerais da pesquisa.



CAPÍTULO 01: A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROTAGONISMO FEMININO NO CAMPO

As mulheres no campo constituem um universo invisível e difuso, mas crescente, e sem dúvida, essencial. São mulheres que exercem atividade agrícola de forma remunerada ou não, e que por vezes trabalham em fazendas de famílias que não formam seu núcleo familiar principal, ou realizam trabalhos não agrícolas. Além disso, são elas as que mais se encarregam dos afazeres domésticos e dos demais membros da família (SANTOS, 2018).

As mulheres são a espinha dorsal da economia rural, especialmente nos países em desenvolvimento, pois representam quase metade dos agricultores do mundo (MÜLLER, 2020), e nas últimas décadas ampliaram sua participação na atividade campesina (SILVA et al., 2020). Este aumento também se dá, de acordo com Mesquita (2013), pelo aumento do número de famílias chefiadas por mulheres à medida que mais homens migraram para as cidades. Como cuidadoras primárias de suas famílias e comunidades as mulheres são responsáveis pelo fornecimento de alimentos e nutrição.

Considerando o aumento da participação da mulher no campo como consequência da migração do marido do campo para a cidade, Silva (2016) estima que elas representavam em 2016 aproximadamente 48% do total da população rural do Brasil. Tal fato é corroborado por CEPEA (2018, pág. 05) ao dizer que,

Ao longo das últimas décadas, diversas transformações estruturais de naturezas cultural e social ocorridas na sociedade brasileira resultaram em aumento, ainda que lento, da participação da mulher no mercado de trabalho. De fato, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que, entre 2002 e 2015, a Taxa de Participação Feminina na Força de Trabalho (TPFT) cresceu aproximadamente 3p.p., chegando a 40% no último ano. Essa migração de homens em busca de emprego como diaristas, por sua vez, deixa as mulheres com as responsabilidades da propriedade rural (agrícola ou pecuária) além das tarefas domésticas habituais.

Tradicionalmente, as mulheres trabalham na produção de frutas e hortaliças e na produção animal para o sustento imediato da família, comercializando informalmente os excessos, enquanto os homens dedicam seu trabalho à produção de culturas extensivas ou pecuária exclusivamente para o mercado (BRASIL, 2020).

Além disso, tal como informam Antônio et al. (2020), o crescente interesse por produtos associados à melhoria do bem-estar em nichos de mercado criou uma oportunidade para promover o trabalho agrícola feminino no Brasil. Por exemplo, atualmente existem vários esforços em coordenar o trabalho de mulheres produtoras por meio de cooperativas e associações para produtos agrícolas de alto valor, destinados a mercados de exportação, como por exemplo o café.

Entretanto, apesar do aumento da produtividade agroalimentar e dos avanços tecnológicos para a comercialização, as mulheres rurais ainda necessitam de acesso a opções de melhoria e desenvolvimento. Além disso padrões de isolamento, dependência econômica e social do chefe de família masculino, salários mais baixos na produção, e restrições de conhecimento e logística, como falta de acesso a transporte, à tecnologia, e a treinamento em diversas áreas como segurança, saneamento, venda, além de dificuldade em se obter financiamento sendo este um agravante para mulheres. Isso se reflete em rendas mais baixas, precariedade no trabalho e ausência de cargos de liderança, evidenciando a vulnerabilidade econômica e social das mulheres rurais (NOGUEIRA, 2010, p.08).

Tal informação é corroborada por CEPEA (2018, p. 12) ao informar que “Ao considerar o segmento ‘dentro da porteira’, apesar da evolução recente do número de mulheres que administram propriedades agropecuárias, o total de mulheres desempenhando essa atividade ainda é baixo: 15,31% em 2015.”. Tal informação foi extraída “principalmente dos micros dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, com uso complementar de dados da RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)” CEPEA (2018, p. 04).

Esta realidade também é consolidada por Nascimento e Mota (2020, p. 1):

No meio rural, as relações de poder estão associadas imaginariamente à separação entre a esfera da “produção”, ligada à produção de mercadorias (valor de troca), e a da “reprodução”, atribuída às mulheres no interior da casa (valor de uso) [...], o que repercute nas investigações sobre o exercício da autonomia. Em decorrência disso, ainda prevalecem as análises associadas às relações econômicas, provavelmente porque há consenso entre os estudiosos quanto à dificuldade de conquistar a autonomia sem qualquer forma de suporte financeiro.

Pautado no avanço feminino nas mais diversas áreas de atuação e na necessidade de seu envolvimento no mercado de trabalho, a responsabilidade da mulher na agricultura familiar, vem crescendo nos últimos tempos. Essa alta

permanência da mulher na agricultura é resultado de um longo processo de feminização desse setor que se assemelha a outros contextos. Apesar dessa forte feminização da agricultura familiar, são poucos os estudos que retratam a atividade agrícola sob a ótica da mulher, pois a voz do homem é sempre predominante em todas as referências, sendo o foco deste estudo abordar o protagonismo e as dificuldades do gênero feminino na agricultura familiar.

Os papéis que as mulheres desempenham na agricultura variam de região para região e de país para país. Na Ásia, as mulheres representam cerca de 50% da produção de alimentos em toda a região, por sua vez nas Filipinas representam 47%, já na Malásia 35%, 54% na Indonésia e mais de 60% na Tailândia (LOLI; LIMA; SILOCHI, 2020, p.9).

Na Europa, a agricultura representa uma percentagem relativamente pequena do emprego tanto para mulheres como para homens. Na União Europeia, a porcentagem da população economicamente ativa (PEA) da agricultura variou de 2,3 por cento no Reino Unido a 21,9 por cento na Grécia em 1992. Dessas, as mulheres representavam porcentagens que podem ser diferentes, variando de 10,4 % na Irlanda, e de 44,5 % na Grécia em 1990. Da mesma forma, nos países da Europa Central e Oriental, a agricultura utilizou uma percentagem da PEA inferior aos setores da indústria e serviços. A porcentagem de mulheres na força de trabalho agrícola variou de 4% na Eslovênia a 57% na Albânia. Seguindo as tendências gerais da agricultura na Europa Ocidental, Central e Oriental, um número crescente de mulheres está deixando as atividades agrícolas e as que permanecem tendem a ser cada vez mais profissionais (LOLI; LIMA; SILOCHI, 2020).

No Oriente Médio, como em outras regiões, as contribuições das mulheres para a produção agrícola são subestimadas, devido ao fato de ser essencialmente um trabalho não remunerado na produção de alimentos de subsistência. Um estudo levado a cabo por Müller (2020) revelou que as contribuições das mulheres são de considerável importância quando se considera o trabalho não remunerado e sazonal: na Turquia, as mulheres representam 55,3% do trabalho agrícola não remunerado; no Marrocos, 53,2%; no Egito, 50,7%; no Líbano, 40,7%; no Sudão, 34,7%; no Iraque, 30,7%, e na Mauritânia, 28%.

Na América Latina e no Caribe, a população rural vem diminuindo nas últimas décadas, assim como o percentual de trabalhadores empregados na agricultura.

Enquanto 55% da população trabalhava na agricultura em 1950, apenas 25 por cento o faziam em 1990 (MULLER, 2020, p,06). A coleta de dados oficiais e os censos na região subestimam as contribuições das mulheres para a produção agrícola, uma vez que trabalham principalmente em culturas de subsistência, especialmente horticultura, avicultura e pequenos animais para consumo doméstico (MÜLLER, 2020).

No Brasil, embora existam variações consideráveis por estado, as mulheres realizam a maior parte do trabalho de plantio, aplicação de fertilizantes, pesticidas, coleta, colheita, debulha, processamento, transporte, e comercialização de alimentos. Já os homens são os principais encarregados de limpar e preparar os campos e arar a terra e participam, em maior ou menor grau, de outras tarefas agrícolas com as mulheres. Em alguns estados as mulheres participam em pé de igualdade com os homens na limpeza e preparação da terra. Em outros, os homens são responsáveis pelo gado grande e as mulheres pelo gado pequeno, como ovelhas, cabras e aves. Da mesma forma, as mulheres são por vezes encarregadas de alimentar e ordenhar todo o gado (CALCANHOTO, et al. 2019).

Em alguns estados da Região Norte a coleta de forragem para búfalos é tarefa quase exclusiva das mulheres. Além disso são elas as responsáveis por preparar a terra, arar, cuidar do gado e transplantar mudas, enquanto participam da colheita e debulha. Além disso, assumem o papel principal da horticultura (GOMES JR; ANDRADE, 2013).

Em relação às atividades de pesca, geralmente, são os homens que o fazem em alto-mar. Enquanto as mulheres são responsáveis pelas atividades costeiras, como confecção e reparo de redes, processamento de pescado, e pesca fluvial (MÜLLER, 2020). No setor florestal, percebe-se que as mulheres são responsáveis pela coleta de alimentos, forragem e lenha (MELO, 2014).

A importância econômica, ambiental, social e cultural da agricultura familiar foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e refletida na implementação, em 2014, do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Neste contexto, o papel que as mulheres desempenham neste setor da agricultura também tem sido alvo de atenção de vários organismos internacionais. As mulheres representam, em média, quase metade da força de trabalho agrícola, desempenhando um papel central na agricultura familiar, não só pelo seu trabalho,

mas também pelos seus saberes ancestrais, gestão sustentável dos recursos naturais, produção e conservação dos produtos agrícolas, bem como bem como cuidadores de crianças e/ou idosos. Dessa forma a invisibilidade das mulheres agricultoras e seu trabalho na agricultura, bem como a preponderância do masculino no centro do discurso na agricultura familiar, origina uma lacuna de conhecimento sobre o papel e a importância da mulher na agricultura familiar.

Assim, ao analisar tais dados percebe-se que as tarefas que mais demandam tempo e trabalho detalhado, tanto na produção agrícola como na pecuária, são realizados em sua maioria pela mulher. Dentre estes, o trabalho de semear, aplicar fertilizantes, debulhar, recolher e colher, transportar, limpar, selecionar, classificar e embalar. Essas tarefas são realizadas manualmente ou com o uso de ferramentas simples.

No entanto é necessário ressaltar que apesar do aumento das mulheres e de sua importância na agricultura, ainda hoje o homem agricultor é retratado como a “figura pública” da família, e a mulher fica quase em uma posição secundária, não participando de eventos fora do círculo familiar. A propriedade da terra é vista como algo que deve passar de pai para filho, enquanto a mulher vê seu acesso limitado e só é possível obter o título de proprietária da terra por meio da viuvez ou do casamento, ou seja, o título de proprietária da terra nunca vem da escolha da mulher, mas do casamento. Esse tipo de discurso destaca o caráter patriarcal como uma das principais características da agricultura familiar.

O conceito de segurança alimentar surgiu na década de 1970, baseado na produção e disponibilidade de alimentos em nível global e nacional. Na década de 1980, foi acrescentada a ideia de acesso, tanto econômico quanto físico, e na década de 1990 chegou-se ao conceito atual que incorpora segurança e preferências culturais, e a segurança alimentar é reafirmada como um direito humano (CONTI; BAZOTTI; RADOMSKY, 2015).

De acordo com a FAO, desde a Cúpula Mundial da Alimentação (WFS) em 1996, existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm, em todos os momentos, condições físicas, sociais, e acesso a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades energéticas diárias e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (ALVES, 2016). A questão da segurança alimentar surgiu nas primeiras páginas das agendas políticas globais como resultado

dos eventos que se desenrolaram após o surgimento da crise financeira alimentar e energética em 2008 (ROCHA, 2012).

Assim, a segurança alimentar surge quando nos níveis individual, doméstico, e nacional, as pessoas têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos em todos os momentos. Visando atender às suas necessidades e preferências alimentares, com o objetivo de levar uma vida ativa e saudável (CALLEGARO, 2017).

A segurança alimentar é composta por quatro dimensões: disponibilidade, acesso, consumo e estabilidade, que trabalham simultaneamente para alcançar o bem-estar e o desenvolvimento conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1: Dimensões da segurança alimentar.

Disponibilidade	Garantir a aquisição suficiente de alimentos seguros e de boa qualidade através da produção, importação ou ajuda alimentar, caso contrário, fatores sazonais como chuvas, perdas pós-colheita, e exportações podem desequilibrar a oferta adequada de alimentos
Acesso	Ocorre quando o alimento está disponível física e economicamente, além de outros aspectos como renda econômica, cultura, preferências alimentares, custo dos insumos, e intervenções governamentais em relação à demanda alimentar das pessoas de grupos vulneráveis
Consumo	Refere-se ao atendimento das necessidades nutricionais de cada indivíduo da família, dependendo da segurança alimentar, higiene, condições

	higiênicas do lar, e forma de distribuição dos alimentos
Estabilidade da oferta	Caso a ingestão alimentar seja atualmente adequada, considera-se que a segurança alimentar completa não é usufruída se o acesso adequado aos alimentos não for assegurado de forma regular, uma vez que a falta de acesso aos alimentos representa um risco para o estado nutricional

Fonte: Elaboração própria com dados de Callegaro (2017) e Alves (2016).

Num quadro global de crise sistêmica, a crise alimentar internacional está correlacionada com a crise econômica, ambiental e energética. Vive-se um momento em que há uma conjunção de crises. Por isso, acredita-se que as respostas à crise alimentar não podem ser isoladas desse quadro de crise sistêmica.

Neste cenário, a agricultura familiar é um setor importante para se alcançar a erradicação da fome e a mudança para sistemas agrícolas sustentáveis no mundo. Os pequenos agricultores são aliados da segurança alimentar e protagonistas nos esforços dos países para alcançar um futuro sem fome. Na América Latina, por exemplo, 80% das propriedades agrícolas pertencem à agricultura familiar, incluindo mais de 60 milhões de pessoas, tornando-se a principal fonte de emprego agrícola e rural (CONTI; BAZOTTI; RADOMSKY, 2015).

Particularmente no caso do Brasil, desenvolveu-se em conjunto com um intenso movimento social uma abordagem de segurança alimentar nutricional baseada em uma Lei Orgânica (Lei Nº. 11.346/2006) regida por dois princípios: o direito humano à alimentação saudável e adequada, e a soberania alimentar. Sob esses dois princípios, a segurança alimentar torna-se um objetivo das políticas públicas. O foco que se deu a esta questão está na própria definição de segurança alimentar e a mesma ênfase nas políticas intersetoriais e na participação social:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em

quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 4).

Em segundo lugar, de acordo com Callegaro (2017), a segurança alimentar e nutricional tem que ser uma política intersetorial. A participação social na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas é fundamental. A mesma sociedade deve estar envolvida em todas as etapas da formulação de políticas. Contando com uma política inovadora, pelo seu caráter intersetorial e pela abrangência das ações propostas.

Algumas das formas como as mulheres contribuem para a segurança alimentar são através da preservação da biodiversidade e dos recursos fitogenéticos, pela alimentação e cuidado de suas famílias. Por isso, pode-se dizer que elas são as guardiãs do conhecimento tradicional das plantas medicinais. Além disso, experimentam e adaptam espécies medicinais, tornando-se especialistas em recursos genéticos vegetais (GOMES JR; ANDRADE, 2013).

Além das tarefas demoradas de esmagar e moer grãos básicos, defumar peixe e carne, as mulheres processam e conservam frutas e vegetais produzidos em suas hortas ou colhidos nas florestas. Em praticamente todo o globo elas são responsáveis pelo preparo dos alimentos para suas casas e, conseqüentemente, pela saúde e bem estar de suas famílias (CALCANHOTO, et al. 2019).

As mulheres se encarregam de fornecer alimentos para suas famílias, produzidos ou, se não, gerar renda para comprá-los. Tanto as mulheres rurais quanto as urbanas que realizam trabalho remunerado gastam uma parte substancial de sua renda comprando alimentos para suas famílias. Além disso, é cada vez mais reconhecido que homens e mulheres rurais têm responsabilidades diferentes no atendimento das necessidades básicas de suas famílias, sendo as mulheres responsáveis pelo abastecimento de alimentos (LOLI; LIMA; SILOCHI, 2020).

Os planejadores de desenvolvimento descobriram que o aumento da renda familiar gerada pelo emprego de homens em culturas de rendimento não implica necessariamente um aumento na renda disponível para a compra de alimentos (MELO, 2014). Por outro lado, quando as mulheres exercem controle direto sobre a renda, tendem a gastá-la com o bem-estar familiar, principalmente melhorando a

segurança alimentar de seus familiares mais vulneráveis (GOMES JR; ANDRADE, 2013).

Dado que as mulheres têm papéis relevantes na segurança alimentar, entendemos que fatores que possam reduzir a insegurança alimentar no mundo devem considerar o papel da mulher. Este capítulo examinará os principais fatores que afetam essas funções e contribuições.

1) *“Cegueira em matéria de gênero” e “invisibilidade” dos papéis e contribuições das mulheres para a segurança alimentar*: Apesar da crescente oferta de dados desagregados por gênero e estudos sobre o papel das mulheres na produção de alimentos e segurança alimentar, ainda falta informações a esse respeito. Grande parte do trabalho feminino permanece “invisível”, pois não é registrado em pesquisas e censos, que ainda tendem a contabilizar apenas o trabalho remunerado como trabalho, ou dar ênfase ao “trabalho principal” da pessoa. Assim, a mulher que, em um único dia, trabalhou na roça da família, cuidando do pequeno gado, pescando, coletando lenha, transportando água, transportando e comercializando produtos, processando alimentos e preparando refeições, não consegue se enquadrar neste tipo de pesquisa (ALMEIDA, 2019).

A falta de conscientização sobre os papéis e contribuições específicos e diferenciados de mulheres e homens para a produção de alimentos e segurança alimentar leva ao que tem sido chamado de “cegueira em matéria de gênero”. Inconscientes dessas diferenças, os formuladores de políticas e os responsáveis pelo planejamento e extensão agem como se elas não existissem, como se a situação e as necessidades dos agricultores fossem as mesmas, independentemente de serem homens ou mulheres. O que eles veem, em vez disso, é a situação e as necessidades dos agricultores do sexo masculino e não das agricultoras. Assim, as políticas, o planejamento, e os serviços de extensão são formulados a partir de uma visão parcial da realidade (CALCANHOTO, et al. 2019).

2) *Políticas e pesquisa em desenvolvimento agrícola*: os formuladores de políticas e planejadores estão se tornando cada vez mais conscientes da contribuição crítica das mulheres agricultoras para a produção agrícola e a segurança alimentar. No entanto, as políticas agrícolas ainda geralmente não atendem adequadamente às necessidades das mulheres agricultoras. E onde seus papéis e necessidades foram reconhecidos na política, eles muitas vezes não são adequadamente traduzidos em

planejamento e programas de desenvolvimento agrícola. Por sua vez, a pesquisa agrícola presta uma atenção igualmente inadequada às mulheres agricultoras e suas necessidades (LOLI; LIMA; SILOCHI, 2020). Como já foi dito, muitas vezes as mulheres agricultoras assumem diferentes tarefas e culturas. Em geral, a pesquisa se concentra em melhorar a produção e as tecnologias das culturas e tarefas dos homens, enquanto as das mulheres são negligenciadas (ALMEIDA, 2019).

As políticas agrícolas nacionais concentram-se nas culturas de exportação, que são importantes para a geração de divisas¹, mas dão atenção insuficiente às culturas alimentares para consumo local, que é vital para a segurança alimentar das famílias. Por sua vez, o papel dos mercados locais para a segurança alimentar nacional é considerado superficialmente (SANTOS; TORRES, 2022). Ou seja, o grande mercado não apresenta tanto interesse pelo consumo local, haja vista que a venda para mercados internacionais gera lucro superior neste período histórico.

A falta de coleta e divulgação de dados desagregados por gênero é uma das causas subjacentes dessa negligência das contribuições das mulheres para a produção agrícola e a segurança alimentar. Outra causa subjacente é a falta de participação das mulheres nos órgãos de decisão a nível nacional e internacional (CAMPOS et al., 2020).

Umas das políticas implementadas há muito tempo no Brasil, foi a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) essa, centra-se no desenvolvimento e adaptação das tecnologias voltada para a individualidade de cada região, buscando contribuir com a preservação da fauna e flora; na promoção da autossuficiência da propriedade rural, preservando as características químicas, físicas e biológicas dos solos; na reciclagem de nutrientes; e promoção da segurança alimentar e nutricional, Costa e Dias (2021, p.59) ao analisar o acesso das mulheres na políticas constataram que nas atividades desenvolvidas não foi possível identificar ações que fortalecessem as mulheres agricultoras familiares enquanto sujeitos políticos, bem como a ausência de inclusão e aquisição dos direitos sociais através

¹ Usamos aqui o termo **divisas**, pois estamos associando a geração de capital atrelado a uma moeda que não é a corrente no país de origem. Neste caso, estamos falando de produção de capital através da venda de insumos a países estrangeiros que ao pagar em uma moeda que está mais valorizada que a moeda local, oferece uma oportunidade de ganho superior.

de uma atuação mais ativa no debate sobre as políticas públicas e definição dos próprios projetos de vida.

3) *Impacto da degradação ambiental*: como principais produtoras de alimentos do mundo, as mulheres têm interesse na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento ambientalmente sustentável. No entanto, devido à falta de acesso a recursos agrícolas, as mulheres agricultoras que lutam para sobreviver em terras irregulares por vezes não têm escolha a não ser contribuir para a degradação ambiental (CALCANHOTO, et al. 2019). Por sua vez, a falta de segurança da posse da terra desestimula a implementação de práticas agrícolas ambientalmente adequadas, enquanto a falta de acesso ao crédito limita a aquisição de tecnologias e insumos menos nocivos ao meio ambiente (ROSA; SOUSA; SZULCZEWSKI, 2016). Tudo isso leva à diminuição da produtividade e ao aumento da degradação ambiental.

4) *Acesso a recursos*: o acesso aos recursos é um fator essencial para melhorar a produtividade agrícola para homens e mulheres. Uma vez que as mulheres desempenham papéis-chave na produção agrícola, a melhoria da produtividade de suas funções dependerá em grande parte de garantir que as mulheres agricultoras, assim como os homens, tenham acesso suficiente a insumos e serviços produtivos (LOLI; LIMA; SILOCHI, 2020). Enquanto os proprietários de pequenas propriedades, mulheres e homens, carecem de acesso suficiente aos recursos agrícolas. As causas estão enraizadas, em grande parte, em na cegueira de gênero em políticas, pesquisas insuficientes, legislação, tradições, atitudes discriminatórias, e falta de acesso à tomada de decisões (ALMEIDA, 2019). Em todo o mundo, as mulheres têm pouco acesso à terra, à possibilidade de pertencer a organizações rurais, ao acesso ao crédito, aos insumos e tecnologias agrícolas, à formação e extensão e aos serviços de comercialização. Quando as mulheres agricultoras têm acesso aos recursos, elas são mais produtivas do que os homens (CAMPOS et al., 2020).

5) *Terra*: O déficit de terras agrícolas de boa qualidade sofrido pelas proprietárias de pequenas propriedades é um problema generalizado, motivado pela degradação ambiental, conversão de terras para usos não agrícolas, pressão demográfica e concentração de terras nas mãos de um número cada vez menor de grandes proprietários, incluindo corporações transnacionais (BARBOSA; LERRER, 2016). O acesso à terra própria ou a segurança da posse é condição para melhorar a produtividade agrícola. Sem direitos de posse seguros, as agricultoras têm pouco ou

nenhum acesso ao crédito e aos benefícios da participação em organizações rurais que canalizam insumos e serviços. Além disso, sem segurança de posse da terra ou segurança de acesso à terra, as agricultoras têm pouco incentivo para se engajar em práticas agrícolas sustentáveis ou para considerar o impacto de longo prazo do uso da terra (CALCANHOTO, et al. 2019).

Segundo Almeida (2019), de um modo geral, as mulheres têm menos acesso à terra do que os homens por uma série de razões legais e culturais, que variam de lugar para lugar. Em alguns casos, a legislação afirma o direito básico das mulheres à terra, mas os usos e costumes, bem como as regulamentações, limitam esses direitos. Em outros casos, a legislação ignora o acesso das mulheres à terra. Este é o caso, por exemplo, em muitos lugares da África, onde, de acordo com as normas de uso e costumes, as mulheres têm acesso às terras comunais ou familiares (no entanto, muitas vezes são impedidas desse acesso devido ao divórcio ou viuvez). Com a introdução da legislação que regulamenta a propriedade da terra, os títulos são geralmente concedidos ao chefe de família masculino. Da mesma forma, as reformas agrárias realizadas em todos os lugares tendem, por sua vez, a conceder títulos de propriedade aos homens, como sempre foi o caso, especialmente na América Latina.

Sem o título seguro da terra, é negado às mulheres o direito de ingressar em cooperativas ou outras organizações rurais como agricultoras e, portanto, negando os benefícios associados. Em alguns lugares, a falta de título de propriedade limita o tipo de cultivo. Por exemplo, em Gana, apenas os proprietários de terras podem cultivar árvores frutíferas, que podem ser importantes fontes de renda em dinheiro (ALMEIDA, 2019).

A Política da Reforma Agrária tem disso fruto de muitas lutas constantes. Leite et al. (2004, p.23) expõe que os beneficiários dos assentamentos de reforma agrária são famílias, a maioria de origem rural, são disponibilizados quase três quartos dos lotes são destinados a famílias compostas por um casal com filhos, e em um quarto dos lotes habitam também outros parentes. No entanto no total da amostra pesquisada pelos autores 54% dos beneficiários dos assentamentos são homens e 46% mulheres, demonstrando a predominância de homens na política de acesso.

6) *Crédito*: Uma consequência direta da falta de acesso das mulheres à terra e a possibilidade de ingressar em organizações rurais é a falta de acesso ao

crédito. Em geral, a terra é exigida como garantia para a concessão de empréstimos; os esquemas de crédito são geralmente canalizados por meio de organizações rurais para seus próprios membros. Isso constitui um sério obstáculo para melhorar a produtividade agrícola das mulheres, uma vez que, sem crédito, as agricultoras não podem comprar insumos como sementes, fertilizantes e tecnologias melhoradas, nem contratar funcionários (CALCANHOTO, et al. 2019).

Tendo diferentes responsabilidades na produção agrícola e na segurança alimentar, agricultores e agricultoras precisam de crédito de acordo com suas respectivas necessidades. Portanto, é importante que as mulheres tenham não apenas acesso ao crédito, mas também controle sobre seu uso, isto é para evitar que seja desviado para sistemas de produção dominados pelos homens, em detrimento das atividades produtivas das mulheres (ALMEIDA, 2019).

7) *Insumos e tecnologias agrícolas*: com a diminuição da disponibilidade de terras aráveis e o aumento da pressão populacional e da degradação ambiental, é cada vez mais importante aumentar a produtividade de forma sustentável. Isso requer acesso a insumos e tecnologias agrícolas apropriados. O acesso das mulheres agricultoras a insumos e tecnologias agrícolas é limitado devido à falta de acesso ao crédito e à capacidade de ingressar em organizações rurais, mas também por causa de programas de desenvolvimento cegos ao gênero e falta de atenção às necessidades das mulheres agricultoras em pesquisa e tecnologia (LOLI; LIMA; SILOCHI, 2020).

Além disso, segundo Nogueira (2010), as mulheres às vezes perdem seus direitos de uso da terra quando os valores da terra aumentam devido à introdução de novas tecnologias, como técnicas avançadas de irrigação. Tecnologias alternativas, que são eficazes e fáceis de administrar, podem ajudar a garantir que as mulheres, cuja produção agrícola é essencial para a segurança alimentar, mantenham seus direitos e capacidade de cultivar.

Neste sentido, uma vez que as mulheres agricultoras, em todo o mundo, estão envolvidas em uma ampla gama de tarefas de trabalho intensivo, relacionadas à segurança alimentar, é necessário desenvolver e introduzir tecnologias apropriadas que economizem mão de obra no processamento e armazenamento de alimentos. Bem como na própria produção de alimentos, e itens relacionados, como água, saneamento, combustível, e preparação de alimentos.

8) *Capacitação e extensão*: o acesso das mulheres à capacitação e extensão rural é limitado por vários fatores, além da falta de acesso à associação em organizações rurais. Esses fatores incluem, segundo Silva et al. (2020), a falta de pesquisa com perspectiva de gênero, que dê atenção adequada às necessidades das mulheres agricultoras em termos de culturas e tecnologias; e a falta de conscientização sobre os diferentes papéis e necessidades de gênero nos programas de treinamento de agentes de extensão, especialmente para mulheres agricultoras, o que exclui as mulheres dos serviços e benefícios de treinamento e extensão.

Em algumas culturas, em que os extensionistas masculinos podem trabalhar com agricultoras, muitas vezes eles não têm consciência das necessidades das mulheres nem capacidade para trabalhar com elas. Além disso, esses extensionistas treinados em economia doméstica, não estão qualificados para fornecer os serviços e informações necessários para a produção agrícola (CALCANHOTO, et al. 2019).

9) *Serviços de comercialização*: os programas de ajustamento estrutural e a tendência para a liberalização do comércio levaram ao desmantelamento de muitos dos serviços de comercialização existentes para a agricultura. Em seu papel de marqueteira, a mulher também foi afetada por isso (SILVA et al., 2020). O declínio no investimento em infraestrutura rural, como estradas que ligam as áreas rurais aos mercados, abala o acesso das mulheres aos mercados. Além disso, a falta de acesso de ingressar em cooperativas de comercialização limita a capacidade dos agricultores de comercializar sua produção. Tais obstáculos desencorajam as mulheres agricultoras de produzirem excedentes de alimentos, pois as dificuldades de comercialização são muito grandes, e às vezes até intransponíveis (ALMEIDA, 2019).

Os principais elementos da política brasileira são a segurança alimentar como objetivo estratégico e permanente, associada à soberania alimentar. Não são medidas assistencialistas ou compensatórias, mas um objetivo que deve nortear as estratégias do país. Tem-se uma forte diretriz quanto ao acesso à alimentação saudável, o que exige promoção do acesso, e por isso há o Programa de Alimentação Escolar, entre outros (ROCHA, 2012).

Outro elemento dessa política é um modelo de produção equitativo e sustentável. No Brasil criou-se uma categoria socioeconômica que chamamos de “agricultura familiar” para distingui-la do que se chama de “agronegócio”, que é o modelo pelo qual o Brasil é mais conhecido. Mas é importante destacar que a

agricultura familiar corresponde a 4,5 bilhões de propriedades, enquanto a agricultura patronal não chega a 300 mil (ROCHA et al., 2013).

Outro elemento que compõe a política nacional, citado por Rocha (2012), é a “água”, que para os brasileiros é alimento, e não recurso produtivo. Também se tem programas transversais e intersetoriais. Neste rumo, o governo propôs um programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos – PPA. Por meio deste programa.

Por fim, trabalha-se com a perspectiva da descentralização. Diversificando a fonte dos recursos agrícolas, comprando de agricultores, cooperativas, associações.

CAPÍTULO 02: A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR E NA AGROECOLOGIA

Neste capítulo será discutido, nos dois primeiros subcapítulos, o papel da mulher na agricultura familiar, bem como os desafios enfrentados por elas na busca por protagonismo neste tipo de agricultura. Por fim será abordado questões referentes a agroecologia e o grupo nacional de agroecologia. Por fim, trataremos do papel da mulher na agroecologia.

É perceptível alguns nortes para a busca por protagonismo da mulher no campo podem ser encontrados na chamada “Agenda 2030” das Nações Unidas, a qual representa um pacto global acordado pelos 193 países-membros durante a Cúpula das Nações Unidas de 2015. Nela se incluem o ODS² 2, que visa acabar com a fome e a desnutrição até 2030, e o ODS 5, que trata da igualdade de gênero, Silva et al. (2020) explicam que tal objetivo procura acabar com todas as formas de discriminação e formas de violência contra todas as mulheres e meninas em todos os lugares. Bem como eliminar todas as práticas nocivas a seu bem estar, como o casamento precoce e forçado, e a mutilação genital feminina, reconhecer e valorizar o cuidado e o trabalho doméstico não remunerado por meio da prestação de serviços públicos, garantir o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, entre outros.

Voltando ao cenário nacional, verificamos que entre os anos de 2003 e 2015 houve um incentivo da participação das mulheres na comercialização dos bens por elas produzidos, como forma de desenvolver sua autonomia financeira e de conferir visibilidade ao seu trabalho. Isso deu-se por meio de programas como: a “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural” (PNATER) instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010; e o “Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais” (POPMR), criado em 2008. Tais iniciativas foram focadas em integrar qualidade aos produtos, ao beneficiamento e agregação de valor para combater a desvalorização do trabalho da mulher rural e os baixos valores dos produtos por elas comercializados.

² Do espanhol “*Objetivos de Desarrollo Sostenible*”, que significa Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Deste modo as mulheres podem se tornar agentes-chave de mudança nos campos da agricultura, nutrição e desenvolvimento rural. Com melhor acesso à informação, treinamento e tecnologia, elas podem transformar a produção e o consumo de alimentos para que a terra e os recursos sejam usados de forma sustentável (NUNES et al., 2021).

2.1 O papel da mulher na agricultura familiar

O desenvolvimento rural tem várias definições, mas geralmente se refere ao processo de mudança nas sociedades ou comunidades rurais. Tem sido geralmente sustentado que o desenvolvimento rural é impulsionado por três elementos principais, económico, social e humano, que interagem em conjunto para provocar a mudança. Propõe-se aqui que os fatores tecnológicos, para melhorar o desempenho dos sistemas de produção rural, também deve ser considerada uma grande contribuição para o processo de desenvolvimento. Todos os quatro elementos precisam ser considerados separadamente, mas, mais importante, também no nível interativo para promover o desenvolvimento. A interação entre fatores sociais e económicos está bem documentada – daí a ciência da socio economia (GUILHOTO et al. 2007).

A atividade agrícola é extremamente importante e bastante complexa, podendo implicar uma diversidade de riscos de acidente e de doença ao trabalhador rural. Esses riscos estão presentes em todo o processo produtivo (ALTAFIN, 2007).

O relatório SOFA da FAO (2014, p.13) estimou, com base em uma análise de apenas 30 países usando os dados do censo agrícola de 2000, que existem aproximadamente 500 milhões de agricultores familiares no mundo que produzem 80% dos alimentos do mundo, destacando assim a necessidade de contabilidade mais precisa e análises de políticas relevantes.

A agricultura familiar é definida por dois critérios: a importância do trabalho familiar e a transferência da propriedade, posse da terra ou gestão para a próxima geração. A maioria dos investimentos para apoiar a agricultura familiar concentra-se na promoção de modelos de negócios modernos e competitivos, buscando a integração na economia maior e nos mercados globais

para gerar benefícios em termos de alívio da pobreza e crescimento econômico (ALTAFIN, 2007).

Embora o termo “agricultura familiar” seja comumente usado tanto na literatura científica quanto na popular, não há uma definição comum para caracterizar a agricultura familiar em todo o mundo. As definições geralmente incluem dois critérios: (1) propriedade familiar da terra, ou direitos de posse da terra ao longo de gerações, e (2) o uso de mão de obra familiar. Propriedade refere-se tanto ao poder de decisão quanto à propriedade física dos bens da fazenda (por exemplo, terra, habitação, máquinas, gado) que permitem a sucessão: herança da fazenda pela próxima geração. A posse segura da terra pode ser considerada como propriedade em muitos países asiáticos e africanos onde a terra permanece dentro da família por meio de governança tradicional ou contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria das definições sugere que 'uma parte substancial' ou 'a maioria' do trabalho agrícola deve ser fornecida pela família (GUILHOTO et al. 2007).

Djurfeldt (1996) argumenta que no Brasil o uso da mão de obra familiar é uma vantagem crítica da agricultura familiar que não pode ser negligenciada na sua definição. Poucas empresas envolvidas na agricultura são de propriedade corporativa. Historicamente, as fazendas não familiares incluíam várias formas de fazendas coletivas, latifúndios, propriedades, plantações de escravos e fazendas estatais. Muitas vezes, a terra era trabalhada, mas não era propriedade das famílias. Em muitos casos, a terra foi redistribuída como resultado de reformas agrárias induzidas por lei, força violenta, revoltas, mudanças políticas e/ou forças econômicas, e agora é propriedade de agricultores familiares.

Alguns países distinguem a agricultura familiar para fins legais, como a elegibilidade para subsídios. Os critérios utilizados geralmente incluem as características mencionadas acima. Em alguns casos, um limite de tamanho é imposto. A Lei da Agricultura Familiar brasileira (Lei 11.326, de 24 de julho de 2006) estabelece que a agricultura familiar 'não possui em nenhum regime de posse uma área superior a quatro módulos fiscais'. O tamanho do 'módulo fiscal' varia entre os municípios, variando de 0,5 há no sul do Brasil a 100 há na região amazônica e é baseado em grande parte no tipo de fazenda predominante no município e na renda auferida das principais atividades. Como resultado, em

algumas regiões do Brasil uma agricultura familiar pode ter até 400 ha. Da mesma forma, uma agricultura familiar na Argentina pode ter até 5.000 ha (BERDEGUÉ; FUENTEALBA, 2011).

A FAO (2014) destacou a importância da agricultura familiar pelo seu papel significativo na erradicação da fome e da pobreza, proporcionando segurança alimentar e nutricional, melhorando os meios de subsistência, administrando os recursos naturais, protegendo o meio ambiente e alcançando o desenvolvimento sustentável.

Forero-Alvarez (2013) descreve que os agricultores familiares são uma categoria que inclui dois tipos de agricultura familiar: os camponeses e os não-camponeses capitalizados. Os camponeses são agricultores familiares (ou trabalhadores da agricultura familiar) que pensam o solo não apenas como um bem produtivo, mas também como parte de seu patrimônio cultural (físico ou simbólico) e que pertencem e são parte ativa de suas comunidades rurais. A organização econômica de uma unidade de produção camponesa está relacionada à organização familiar.

Os alimentos produzidos na agricultura familiar no Brasil respondem por 36% da produção nacional de alimentos e abastecem cadeias de mercado que geram um terço do PIB do setor agroalimentar (GUILHOTO et al. 2007).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estabeleceu em 2006 a Política Nacional da Agricultura Familiar (Lei 11.326) para apoiar os agricultores familiares com créditos, assistência técnica e comercialização de sua produção. Essa lei também define os agricultores familiares de acordo com os quatro critérios a seguir: (1) possuem no máximo quatro módulos fiscais, cuja área varia de acordo com o município e é definida pela Lei 6.746/1979, (2) sua força de trabalho é composta principalmente por membros; (3) sua renda provém predominantemente da fazenda e (4) a fazenda é gerida pela família.

Segundo Chayanov (1974) a utilização da mão de obra familiar é descrita como uma característica estrutural da agricultura familiar. A disposição do agricultor em investir a mão de obra familiar na produção é basicamente determinada pelas necessidades básicas de consumo que garantem a reprodução social da família.

Segundo Oliveira (2007), a agricultura familiar é uma das principais responsáveis pela manutenção do agricultor no campo e, por conseguinte, a

diminuição do êxodo rural, justamente por sua maior capacidade gerencial, pela sua flexibilidade e, sobretudo, por sua maior aptidão para a diversificação das culturas. Nos países desenvolvidos, a agricultura familiar é vista sentimentalmente, como um estilo de vida a ser preservado pela tradição, ou como um direito inato. É nessas nações muitas vezes um grito de guerra político contra a mudança na política agrícola, mais comumente na França, Japão e Estados Unidos, onde os estilos de vida rurais são frequentemente considerados desejáveis. Nesses países, estranhos companheiros de cama podem ser encontrados defendendo medidas semelhantes, apesar das grandes diferenças na ideologia política.

Uma fazenda familiar é geralmente entendida como uma fazenda de propriedade e/ou operada por uma família; às vezes é considerado uma propriedade transmitida por herança. Embora uma distinção conceitual e arquetípica recorrente seja a de uma agricultura familiar como pequena propriedade versus a agricultura corporativa como agronegócio de grande escala, essa noção não descreve com precisão as realidades da propriedade agrícola em muitos países. Os negócios de agricultura familiar podem assumir muitas formas, desde pequenas fazendas até fazendas maiores operadas sob práticas agrícolas intensivas (SOUSA et al.2018).

A agricultura familiar está exposta a severas mudanças econômicas, políticas, sociais e ecológicas. Para permitir a sucessão intrafamiliar e salvaguardar a sobrevivência da propriedade a longo prazo, as famílias agricultoras são, portanto, cada vez mais obrigadas a buscar estratégias inovadoras, sustentáveis e orientadas para o mercado (NEVES, 2007). As percepções negativas da perda de controle sobre as cadeias de abastecimento alimentar globalizadas e as ameaças aos meios de subsistência rurais nos países desenvolvidos estão diretamente associadas a fazendas maiores, mais especializadas e industrializadas e ao proclamado desaparecimento da agricultura familiar.

A disponibilidade de ativos pode proporcionar autonomia, resiliência e flexibilidade aos agricultores. No entanto, os agricultores familiares enfrentam crescente concorrência de agricultores corporativos que desfrutam de economias de escala. A crescente concorrência muitas vezes levaria os agricultores familiares a aumentar as jornadas de trabalho para manter seus

níveis de renda, o que poderia, a longo prazo, implicar na superexploração da mão de obra familiar (KAUTSKY, 1998).

Para Alrafin (2007) existem vários riscos ocupacionais para o agricultor e o trabalhador agrícola. Incluem os perigos das máquinas agrícolas, os perigos biológicos e químicos e as tensões sociais e ambientais. Reconhecer esses perigos ajudará o médico de família a cuidar dos agricultores e suas famílias.

O estresse agrícola e o suicídio agora se tornaram sinônimos dos resultados da reestruturação agrícola de agricultores individuais em muitas economias de mercado desenvolvidas. Ambos têm sido investigados por pesquisadores desde a década de 1980 e relatados em termos de maior isolamento do agricultor, problemas de saúde e ansiedade (OLIVEIRA, 2007).

A agricultura familiar é reconhecida como essencial para a segurança alimentar, contando em todo o mundo com mais de 500 milhões, representando mais de 90% das fazendas do mundo, e a maior parte dos alimentos do mundo sendo produzida por eles. A eficiência da agricultura familiar é amplamente reconhecida, e atinge altos níveis de produção utilizando mão de obra familiar em sistemas de produção diversificados. Os pequenos produtores também representam a população com maior insegurança alimentar e vulnerável às mudanças socioeconômicas e ambientais (HLPE, 2013).

A grande parte dos alimentos produzidos e consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar, entretanto a desigualdade e a pobreza ainda são realidade no campo. Dados Censo Agropecuário (2017) mostram que 77% dos estabelecimentos agropecuários do país são da agricultura familiar e que eles empregam cerca de 67% do total de pessoas ocupadas no setor.

Segundo Iida e Buarque (2016) a ergonomia e suas aplicações tentam harmonizar o trabalho e o ambiente de trabalho para aumentar a produtividade e eficiência do trabalho e promover o bem-estar individual através da otimização do esforço do trabalhador ou usuário. Grande parte da pesquisa em ergonomia nos países em desenvolvimento, para melhorar a produtividade, tem sido focada no setor industrial; pouco trabalho de natureza ergonômica tem sido feito na agricultura de pequena escala ou de subsistência. É uma área negligenciada, mas que tem um potencial considerável para melhorar e sustentar a qualidade de vida.

Vignola et al. (2015) consideram que os agricultores familiares são sensíveis à globalização, ao crescimento populacional e às mudanças climáticas. Esse contexto ameaça sua segurança alimentar e seu legado cultural, embora a grande diversidade técnica de seus sistemas agrícolas favoreça a convivência com cenários incertos.

Assim como na sucessão, a disponibilidade de mão de obra depende do tamanho da família e da disposição dos membros da família para trabalhar na fazenda. Em áreas onde a terra e o capital são escassos em relação à mão de obra, como em muitas regiões em desenvolvimento, predominam pequenas fazendas familiares com abundância de mão de obra. Nessas pequenas fazendas, tanto a proporção de terra em produção quanto a produção por unidade de área podem ser maiores do que em grandes fazendas com quantidades limitadas de mão de obra contratada enfrentando problemas de supervisão trabalhista (SOUSA et al.2018).

O trabalho agrícola também exhibe certas particularidades: escassez de treinamento; longas jornadas; trabalho espacialmente disperso; deslocamento excessivo; grande diversidade de atividades na jornada e ao longo do ciclo produtivo; estrutura organizacional linear, sem muitos níveis hierárquicos e de cunho paternalista; baixa remuneração; dificuldade de distinção entre ambientes familiar e de trabalho. Prevalecem nas organizações rurais os valores coletivistas, como a obediência, a segurança, o dever, a hierarquia, e as relações personalizadas, que moldam as relações de trabalho no campo (GUIMARÃES; BRISOLA; ALVES, 2005).

Segundo Oliveira (2007) a agricultura tende a ser omitida das políticas e leis de muitos países, passando a ser um setor quase inexistente no direcionamento das estratégias de segurança e saúde ocupacional. Para agravar mais ainda a situação, muitas legislações trabalhistas de ordem geral, não se aplicam completamente ao setor agrícola no que diz respeito à saúde e segurança do trabalho.

Vignola et al. (2015) ainda explicam que a agricultura familiar é definida por dois critérios: a importância do trabalho familiar e a transferência da propriedade, posse da terra ou gestão para a próxima geração. A maioria das fazendas em todo o mundo são fazendas familiares e variam em tamanho de <1 ha a >10.000 ha. As tendências no tamanho das fazendas (pequenas fazendas

cada vez menores e grandes fazendas cada vez maiores) não estão diretamente relacionadas à propriedade da fazenda e não afetam necessariamente a segurança alimentar global. Em vez disso, tanto as causas quanto os efeitos das tendências de tamanho da fazenda dependem da disponibilidade de recursos agrícolas e oportunidades de emprego fora da fazenda. Da mesma forma, a sustentabilidade ambiental, embora impactado pela agricultura, não pode ser vinculado diretamente à propriedade familiar ou ao tamanho da fazenda. As pequenas propriedades são percebidas como diversificadas e que contribuem mais para a sustentabilidade ambiental, preservação dos valores tradicionais e resiliência econômica do que as grandes propriedades.

Nas últimas décadas, houve um ressurgimento do interesse por alimentos orgânicos e ao ar livre. Uma porcentagem de consumidores começou a questionar a viabilidade das práticas de agricultura industrial e se voltou para mantimentos orgânicos que vendem produtos produzidos em fazendas familiares, incluindo não apenas carne e produtos, mas também coisas como pães de germen de trigo e sabonetes naturais de lixívia (em oposição a produtos branqueados pães brancos e barras de detergente à base de petróleo). Outros compram esses produtos diretamente da agricultura familiar. A "nova fazenda familiar" oferece um mercado alternativo em algumas localidades com uma variedade de produtos produzidos de forma tradicional e natural (SOUSA et al.2018).

Conti, Bazotti e Radomsky (2015) reforçam a ideia de que a agricultura familiar é uma categoria sociopolítica, não apenas um modelo de agricultura, que tem suas demandas e precisa de programas específicos; é um conjunto heterogêneo. Deve-se referir a ela como “agricultura familiar”, pois abrange desde pequenos agricultores até agricultores mais capitalizados, integrados em cadeias mais amplas. Na visão de Callegaro (2017), a conexão entre agricultura familiar e segurança alimentar tem a ver com estratégias de desenvolvimento. No Brasil, é como se existissem dois tipos de agricultura: de um lado, os patronais, com estabelecimentos mecanizados e uso excessivo de agroquímicos, principalmente no setor agroexportador; e na outra, a agricultura familiar. E essa dualidade assumiu um formato institucional na medida em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário é responsável por este último, e o Ministério da Agricultura está focado na agricultura de alta produção.

2.2 Os desafios para o protagonismo da mulher na agricultura familiar

A constituição dos papéis, masculino e feminino, pelo menos na história até aqui conhecida, se desenvolveu baseada em relações de poder e dominação (QUELHAS, 2010, p.6). E nesta história o pêndulo do poder sempre esteve do lado masculino. As relações de gênero se constituíram de tal forma que durante séculos, se acreditou em um natural desigualdade entre homens e mulheres.

As revoluções do Século XVIII, apesar de contribuírem na modificação de interpretação sobre a masculinidade e a feminilidade, como verificado anteriormente, não foram suficientes para revolucionar as relações de poder entre os sexos, apenas modificaram o eixo de entendimento e naturalização do poder masculino em prol de um projeto burguês de sociedade que se vislumbrava.

Para Quelhas (2010, p.5) a desigualdade de sexo que tinha na religião sua principal proliferadora do lugar as “novas feições do discurso científico” e das “modernas linguagens da indústria cultural” advindas do constante avanço da ciência e tecnologia. Junto a esta mudança há um “fortalecimento do movimento feminista e uma consequente politização do cotidiano”.

As normas restritivas de gênero afetam a todos. Como um determinante compartilhado de saúde para homens, mulheres, meninos, meninas e pessoas com diversidade de gênero, as desigualdades de gênero geram excessos em larga escala na mortalidade e morbidade em todo o mundo. A desigualdade de gênero é transformada em risco à saúde por meio de: valores, normas, crenças e práticas discriminatórias; exposições e suscetibilidades diferenciais a doenças, incapacidades e lesões; preconceitos nos sistemas de saúde; e preconceitos na pesquisa em saúde. A discriminação de gênero em qualquer um desses níveis afeta negativamente a saúde e os resultados sociais.

Para Campos e Teixeira (2010) na perspectiva analítica introduzida pelo reconhecimento da categoria gênero, a construção da masculinidade e da feminilidade é considerada um produto histórico, variável no tempo e no espaço. Para além da diferença biológica e sexual entre homens e mulheres, as sociedades elaboram de maneira diferenciada, social, econômica e culturalmente determinada, um conjunto de normas, valores, costumes e práticas que definem modos de ser, atitudes e comportamentos próprios a homens e mulheres. Esta construção prescreve

as próprias relações entre ambos, frequentemente caracterizadas por assimetria na distribuição de poderes.

Fatores sociais determinantes na escolha laboral por raça e gênero apresentam grande impacto na estrutura das ocupações dentro do mercado de trabalho brasileiro.

A segregação ocupacional por gênero é dada por uma conformação de fatores que levam à distribuição desigual entre mulheres e homens na estrutura laboral. A socialização tende a atribuir aos indivíduos desde a infância papéis “de homens” e “de mulheres” que vão sendo reforçados durante todo o ciclo de vida. Ainda, mulheres são vistas como mais aptas para determinadas funções que para outras, como se houvesse pré-disposições naturais, processo chamado pela literatura de “essencialismo de gênero”. Dessa maneira, forma-se um ciclo vicioso no qual as mulheres optam mais frequentemente por determinadas carreiras, nas áreas de saúde, cuidado, docência infantil, etc, que por outras, bem como são mais bem recebidas por contratantes em funções “de mulher” do que naquelas entendidas como “de homem”.

A paridade de gênero é fundamental para a prosperidade das sociedades. O desenvolvimento e uso apropriados de talentos femininos, que constituem metade da força de trabalho mundial, são fundamentais para o avanço das economias globais.

Nas tradições do feminismo e da sociologia, gênero é um sistema social que define homens e mulheres como diferentes e distribui poder, recursos e status com base nessa diferença. Embora os sistemas de gênero possam ser equitativos, a maioria é profundamente patriarcal e atribui maior valor aos homens e às coisas consideradas masculinas do que às mulheres ou às coisas consideradas femininas.

O empoderamento das mulheres tem se mostrado um insumo fundamental e necessário para o desenvolvimento econômico e social. As relações de gênero no atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira foram significativamente modificadas pelas conquistas dos movimentos feministas.

Considerando as intensas mudanças ocorridas a partir da metade do século XX, depara-se com muitas transformações em relação à participação e atuação da mulher no mercado de trabalho, que até então, eram vistas pela sociedade patriarcal, como responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, enquanto o homem era visto como provedor econômico.

Os efeitos da tradicional desigualdade de gênero perpassam desde o estabelecimento de uma falsa, ou pelo menos frágil, autonomia das mulheres camponesas, até o estabelecimento de um padrão de acesso aos direitos sociais operado exclusivamente pelas mulheres, em nome de suas famílias, o que – frequentemente – ao contrário de promover autonomia, tem reforçado o papel social do “cuidado” atribuído à mulher (LUSA, 2012).

Mesmo antes do nascimento, as normas e outros aspectos do sistema de gênero começam a moldar as perspectivas de vida do bebê em desenvolvimento. Estudos mostram que o comportamento dos pais muda em relação a um bebê assim que seu sexo é conhecido ou atribuído. À medida que as crianças crescem, elas absorvem mensagens sutis e abertas sobre o que é valorizado, quem tem poder e como se comportar. A socialização de gênero começa na família e é reforçada ou contestada por professores, líderes religiosos, colegas e exposição à mídia. Aos dez anos, as crianças já absorveram normas restritivas sobre condutas de gênero aceitáveis, que tendem a ser rigidamente policiadas pelos pais e colegas.

De acordo com Blum, Mmari e Moreau (2017) em um estudo com crianças de dez a 14 anos realizado em 15 países, (1) os meninos são constantemente encorajados a serem fortes e independentes, enquanto as meninas são vistas como vulneráveis e necessitadas de proteção; (2) com o início da puberdade, espera-se que os meninos provem sua dureza e proeza sexual, enquanto as meninas são responsabilizadas por atrair a atenção masculina; (3) preocupações com a sexualidade feminina e o risco de reputação levam os pais a controlar rigidamente o comportamento e a liberdade de movimento de suas filhas; (4) meninos que não atingem a masculinidade nos padrões são intimidados e ridicularizados por seus pares, enquanto as meninas que transgridem as normas locais de propriedade sexual são envergonhadas e severamente punidas; e, mais importante, (5) os meninos nunca devem exibir traços ou emoções associadas à feminilidade.

Ao entrar na puberdade, os horizontes de muitas meninas tornam-se cada vez mais restritos, enquanto as oportunidades e liberdades dos meninos se expandem, especialmente nos países em desenvolvimento.

As mulheres também são impactadas por seu envolvimento na economia do cuidado. Globalmente, em comparação com os homens, as mulheres gastam duas a dez vezes mais tempo cuidando de crianças, idosos e doentes. Se o tempo não remunerado que as mulheres passam cuidando fosse monetizado, seria quase igual

ao valor da contribuição das mulheres para a força de trabalho remunerada de saúde, com cada uma respondendo globalmente por mais de US\$ 1,5 trilhão anualmente.

Assim, revelava-se criticamente a função da cultura patriarcal, machista e heteronômica para manutenção da organicidade social, que perpassou desde os princípios da vida em sociedade, a partir de uma visão funcionalista sobre a mulher e a família, baseada no patriarcado, e em cuja rigidez foi redobrada a partir da ascensão do capitalismo em sua fase industrial, e mantida sob os mesmos determinantes até seu atual estágio de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2011). De forma que as mulheres lutam rotineiramente para ser enquadradas de forma igualitária no ambiente de trabalho.

As incipientes transformações do tradicional padrão de gênero ocorrem porque as mulheres começam a acessar, frequentemente, um novo patamar financeiro. Já os movimentos feministas e organizações não governamentais apontam, a partir do seu cotidiano de mobilizações, que mesmo em tempos de retração dos direitos, os processos mobilizatórios, de militância e religioso produzem sujeitos políticos que acima de tudo são mulheres, mas também são batalhadoras por uma vida com maior índice de autonomia.

No que tange ao Brasil, este país está posicionado no 92º lugar no Relatório “Global Gender Gap Report2020” do Fórum Econômico Mundial, documento que classifica 153 países em termos de acesso de homens e mulheres a política, participação e oportunidade econômica, educação e saúde (WEF, 2020). Esse ranking reflete a desigualdade de gênero que o país enfrenta, mesmo tendo a maior parte da população formada por mulheres e a força de trabalho constituída na sua maioria por mulheres.

No Brasil, o primeiro desafio para o desenvolvimento da agricultura familiar, conforme indica Alves (2016), é a participação social. Isso não significa que seja fácil de alcançar. Essa interação entre governo e sociedade civil é uma construção que leva tempo e tem requisitos de disponibilidade. Ouvir e compartilhar poder com a sociedade, com as organizações sociais, na formulação de políticas, é um desafio.

O país aspira de ter uma estratégia de abastecimento regional que amplie o acesso à alimentação adequada e à produção baseada na agroecologia (CERVATOMANCUSO; FIORI; REDOLFI, 2015). Em relação ao conceito de agroecologia, entendemos que,

A agroecologia, a princípio, parte do desenvolvimento rural desde que esse seja menos agressivo ao meio. É utopia pensar em coexistir com o meio sem deixar marcas, no entanto, a agroecologia procura minimizar essas marcas, de forma que haja o menor prejuízo possível à terra. (Boaventura; Júnior; Vaz; Neto; Silva. p. 02)

Ampliar a disponibilidade de alimentos de qualidade, mas sob formas equitativas de produção, é outro grande desafio. A maioria dos países latino-americanos necessita viabilizar a produção familiar de alimentos, o que significa enfrentar a pobreza. A criação de articulações entre governo e sociedade se apresenta como um desafio. A partir do Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado em 1993, o Brasil está tentando promover a integração, como foi feito no Mercosul, e agora com o Caribe.

2.3 A agricultura familiar e o grupo nacional de agroecologia

Em quase todos os países, os agregados familiares chefiados por mulheres concentram-se nos estratos mais pobres da sociedade, de muitas vezes têm rendimentos mais baixos do que os chefiados por homens. Os problemas enfrentados pelas famílias variam de acordo com seu grau de acesso a recursos produtivos, incluindo terra, crédito e tecnologias (ALMEIDA, 2019). Neste contexto há um agravamento da situação da agricultora familiar.

Isso se dá devido a filiação em cooperativas tende, por sua vez, a se basear na propriedade da terra, ou no critério de “chefe de família”, que por vezes exclui as mulheres. Pois a propriedade da terra passa, em geral, para esses chefes de família do sexo masculino, que, assim, detêm a mais alta autoridade legal sobre o uso da terra e seu uso como garantia para obtenção de crédito, mesmo quando ausentes do domicílio (MÜLLER, 2020)

Devido a tais desigualdades que envolvem as mulheres agricultoras, se iniciou, em 2008, a sistematização de experiências com as mulheres do campo, agroextrativistas, indígenas, quilombolas entre outras, com o surgimento do Grupo Nacional de Agroecologia (GT mulheres da ANA), com o intuito de articular junto à sociedade para dar visibilidade e valorização ao trabalho desenvolvido pelas mulheres na agroecologia. Bem como para levar as próprias mulheres campesinas a pensar

sobre suas experiências e como isso impacta suas vidas. Esta sistematização se deu pela constatação de que ainda não havia uma problematização suficiente sobre as desarmonias vivenciadas por mulheres agricultoras.

A sistematização do GT mulheres da ANA apontou que a desvalorização das mulheres do campo não ocorre de maneira espontânea, e que as mulheres, ao analisar suas experiências na comunidade, perceberam que não há valorização do seu trabalho por parte dos companheiros e pela própria comunidade. Neste sentido, se destaca que a postura de alguns maridos que restringem, ou mesmo impedem, a participação das mulheres em grupos produtivos e em espaços de auto-organização. Um exemplo disso se que expressa no Grupo de Mulheres da Agroindústria São José, no município de Porto Vera Cruz/RS onde muitos maridos e companheiros não acreditavam que a experiência fosse dar certo, desestimularam muitas delas e, em outros casos mais extremos, muitos homens não deixavam as mulheres mais sair de casa para participar do grupo.

Além desse fato, a sistematização apontou que não somente o trabalho, mas também a renda produzida por elas tem pouco ou nenhum reconhecimento da sociedade e muito dificilmente são levados em conta pelas políticas públicas. Por exemplo, há a notada dificuldade de mulheres em conseguir financiamento junto aos bancos, apesar de haver uma linha de crédito específica para elas, o Pronaf Mulher, à qual, quase sempre, há a recusa dos bancos em realizar o empréstimo, sob a alegação de que as mulheres possuem baixa capacidade de pagamento (GUIMARÃES; SOUZA, 2022) e que sua principal fonte de recurso são seus bens e suas economias pessoais (URDAN, 2018).

Entre os motivos desta valorização percebe-se uma luta por poder, Costa (1989, p. 19) cita:

Decidir sobre sua própria vida, tomar parte em decisões que influenciam a vida de todos (comunidade, sociedade) é uma questão de poder. Nas relações de gênero desiguais, como as que vivenciamos, as pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais (COSTA, 1998, p. 19).

Nota-se ainda que há maior desigualdade na hierarquização entre os papéis produtivo e o reprodutivo, quando se analisa a função da mulher no dia a dia. Geralmente elas trabalham dobrado, pois além das suas atividades cotidianas no

campo, elas sempre têm atividades paralelas. Cabe a elas os cuidados com a casa, lavar, cozinhar, cuidar dos filhos, dos mais idosos, a educação dos filhos, entre muitas outras tarefas. Logo, toda esta sobrecarga de trabalho afeta de forma significativa a vida da mulher que, por conseguinte, tem menos tempo para a sua vida social, entretenimento e educação.

2.4 A Mulher na Agroecologia: um entrelaçamento essencial

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconhece que as mulheres são um recurso crítico na agricultura e na economia rural, embora enfrentem enormes restrições sociais, políticas e econômicas (CORDEIRO et al., 2019). Em todo o mundo, em comparação com homens, as mulheres fazem mais trabalho doméstico não remunerado, recebem salários mais baixos pelo mesmo trabalho, são mais vulneráveis à insegurança alimentar e têm menos acesso à terra, tecnologia, e apoio governamental de políticas públicas, e de instituições capitalistas (CONTE, 2018).

Embora a reestruturação dos sistemas alimentares para modelos mais equitativos, inclusivos e democráticos seja geralmente defendida, a contribuição das mulheres tem sido esquecida ou ignorada mesmo quando a opressão histórica das mulheres está intimamente ligada à exploração da terra (SANTOS, 2022). Neste sentido a agroecologia surge como uma alternativa válida para proporcionar um protagonismo da mulher no meio rural.

Como movimento social, a agroecologia promove a diversidade, a intensidade do conhecimento e a independência de insumos externos, ao mesmo tempo em que cria e mantém redes sociais. Além disso, proporciona um palco onde as vozes, conhecimentos e necessidades de muitas mulheres podem ser expressos em uma estrutura democrática. Movimentos políticos que lutam pela soberania alimentar e pela democratização e descentralização dos sistemas alimentares costumam usar a agroecologia entre suas práticas (CISNE, 2015).

Na luta pela soberania alimentar e pela incorporação da agroecologia, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres também são prioridades. Neste sentido, Silva, Ávila e Ferreira (2005) defendem que o empoderamento das mulheres nas comunidades camponesas, e em especial na agricultura familiar, assim

como os processos agroecológicos, deve ser localmente apropriado e conduzido pela comunidade, levando em consideração as interseções entre múltiplas histórias e contextos, respeitando as estruturas comunitárias e ecológicas existentes.

Complementando, Cordeiro et al. (2019) asseveram que o empoderamento das mulheres está intimamente relacionado aos ideais feministas, mas o feminismo é uma construção complexa e diversificada, e seus ideais devem ser utilizados e implementados com cautela. Na opinião de Mies e Shiva (2016), algumas formas de ação que buscam o empoderamento das mulheres rurais sob o nome de “ecofeminismo” têm sido prejudiciais e ineficazes.

Um exemplo disso é um programa de desenvolvimento internacional chamado “Mulheres, Meio Ambiente e Desenvolvimento”, projetado em premissas ecofeministas que idealizou os papéis das mulheres agricultoras em Jharkhand, na Índia. Porém, o fez ignorando alguns tabus culturais sobre porque as mulheres não têm o direito de arar o solo, minimizando a natureza socialmente construída do conhecimento sobre o meio ambiente e as estruturas subjacentes que influenciam o uso e gestão dos recursos naturais. É por isso que as questões sobre quais formas de feminismo são concebidas, por quem são levantadas, e se as ações terão efeitos positivos, são fundamentais.

Judi Bari, cuja obra foi influenciada pelo ecofeminismo, diz que quando a natureza está prestes a ser destruída por corporações imperialistas em países do terceiro mundo, uma das estratégias implementadas pelas potências coloniais é arrancar as mulheres de seus papéis tradicionais e das terras agrícolas. Por esta razão, muitos movimentos ambientais do terceiro mundo são, na verdade, movimentos de mulheres. No entanto, quando a lógica do ecofeminismo é apropriada pelas agências de desenvolvimento ocidentais de maneira equivocada, pode perpetuar valores individualistas que hegemonizam o feminismo e os papéis que as mulheres desempenham na aquisição do conhecimento ecológico (SANTOS, 2022).

É imperativo considerar que cada comunidade exerce diferentes versões de feminismo que se constroem nas intersecções de gênero com outras identidades, como etnia e classe social. Por exemplo, muitas mulheres zapatistas em Chiapas, México, enfrentam a opressão de etnia, classe e gênero que molda as versões do feminismo presentes na comunidade. Fatores de identidade como etnia, classe social, gênero, orientação sexual, idade, habilidade, história, cultura e meio ambiente, entre

muitos outros, moldam as prioridades e ações de muitas comunidades e regiões (CONTE, 2018). Ninguém pode estar mais familiarizado com as interseções desses fatores do que as próprias mulheres das comunidades; daí a importância de serem elas que definem suas próprias versões de feminismo e ação para maior participação e ação coletiva.

O livro “Feminismos de Abya Yala”, de Francesca Gargallo Celentani (CELENTANI, 2021) traz pesquisas sobre as múltiplas formas de feminismo praticadas por diferentes grupos de mulheres indígenas na América. As “modernidades coexistentes” consideram diferentes formas de gênero que variam entre as comunidades e que concebem voz, empoderamento, e autonomia, não apenas para seus corpos individuais, mas para a unidade comunitária. Tudo isso compõe várias versões indígenas do feminismo, junto com muitas outras causas que se somam às suas “libertações plurais”.

Ao abordar o tema lutas de gênero na agricultura ao redor do mundo, Cisne (2015) expressa que, em muitas partes do mundo, tanto em países “desenvolvidos” quanto em países “subdesenvolvidos”, as mulheres estão participando de projetos relacionados à agroecologia em suas comunidades. Da mesma forma, algumas questões no “Norte global” (especificamente nos Estados Unidos) relacionadas às lutas e movimentos de mulheres no sistema de agricultura familiar, mostram que entre as maiores questões incluem-se as de segurança alimentar, nutrição, desenvolvimento comunitário, e pequenas fazendas.

A equidade de gênero é um tema que exige voltar alguns passos na história para resgatar marcos importantes, capazes de explicar a construção social vivida atualmente.

No “Sul global” muitos movimentos e lutas comunitárias, agrícolas e de mulheres giram em torno dos direitos individuais e comunitários, e em torno da preservação do conhecimento, da cultura e da diversidade ecológica. Muitas mulheres precisam realizar uma “dupla militância”: pela autonomia de seus próprios corpos contra a opressão patriarcal e pela autonomia de suas comunidades contra o governo e a opressão racial (CONTE, 2018).

Sem tentar hierarquizar, idealizar, homogeneizar, ou polarizar as lutas das mulheres na agricultura, é fundamental reconhecer que os desafios variam de acordo com a história e os contextos. No Brasil, em muitos casos, as lutas dos indígenas

estão voltadas para a conservação da identidade e da terra, em vez de focar no retorno a ela. Como acontece no meio urbano. Ainda assim, todos os movimentos compartilham algumas características, por exemplo, a mulher na agricultura luta para ser reconhecida como sujeito político criativo e ativo (SCOTT, 2006).

Cisne (2015), por sua vez, ao considerar os benefícios mútuos dos feminismos e da agroecologia e agricultura familiar, expressa que ambos estão intimamente interligados. E cada movimento tem o potencial de ajudar o outro. Por exemplo, os princípios que se aplicam à ciência na agroecologia também podem ser aplicados a alguns movimentos sociais e ao empoderamento das mulheres, incluindo a importância da diversidade ecológica e social, uma abordagem sistêmica holística, reconhecimento de sinergias dinâmicas e ligações entre muitas partes, validade ecológica e o uso de práticas não exploratórias.

Deste modo, fazendo uso da agroecologia com um olhar voltado ao protagonismo da mulher camponesa, tem-se uma potencialidade para auxiliar esta mesma mulher a ganhar visibilidade de sua participação como produtora no campo. Porém, se pensamos que tal tema é recente, verificamos que o que ocorre é o contrário. Pois o tema aqui trabalhado é resultado de lutas anteriores, conforme expõe Mourão (2004, p. 281):

O envolvimento das mulheres rurais brasileiras com os temas da agroecologia e da produção orgânica não é recente, e o aparecimento da proposta de um programa nacional na pauta das Margaridas de 2011 não foi um acaso. Presentes desde sempre nas experiências de produção alternativa no Brasil (em grupos de base, associações, cooperativas e redes), as mulheres passaram a expressar politicamente suas preocupações com as políticas públicas da agricultura e do meio ambiente a partir da sua organização dos sindicatos e movimentos autônomos, por volta da década de 1980, ao mesmo tempo em que reivindicavam acesso a recursos produtivos (como a terra) e o reconhecimento como trabalhadoras rurais (com direitos sociais e previdenciários, por exemplo) da mesma forma, os temas da alimentação saudável e da soberania alimentar estiveram presentes em muitas das mobilizações de diferentes categorias de mulheres rurais, pelo menos nos últimos 20 anos.

Essa busca por expressar suas preocupações se dá pois, apesar de as mulheres rurais desempenharem um papel fundamental na produção de alimentos, de acordo com Melo (2014), elas nem sempre têm acesso aos serviços agrícolas. Por exemplo, a falta de propriedade da terra limita o acesso das agricultoras ao crédito, uma vez que a terra é, geralmente, tomada como garantia pelo banco.

Apesar disso, as mulheres desempenham arduamente, e com competência, as funções essenciais para a produção agrícola. Neste sentido Cordeiro et al. (2019) apontam para a importância de iniciativas da agricultura familiar que são gerenciadas por mulheres, e em outros tipos tradicionais de agricultura, em que muito pouco é usado de pesticidas, e há uma abundância de frutas e vegetais.

CAPÍTULO 03: O ASSENTAMENTO DO ANAUERAPUCU E A ATTAFOX-SAN

Neste capítulo pretendemos discorrer sobre parte dos resultados encontrados nesta pesquisa. Trataremos mais especificamente sobre o local da pesquisa, que é o Assentamento Anauerapucu, como sua fundação e localização. Além disso apresentaremos o universo de nossa pesquisa, que é as mulheres produtoras associadas a Attafex-San³.

Para tanto, deve-se primeiramente definir alguns dos conceitos usados. Deste modo discorreremos brevemente sobre dois temas, os Assentamentos, e as Associações. Começamos com o conceito de Assentamento Rural, segundo a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal,

Art. 17. O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser realizado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada, observado o seguinte: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#); I - a obtenção de terras rurais destinadas à implantação de projetos de assentamento integrantes do programa de reforma agrária será precedida de estudo sobre a viabilidade econômica e a potencialidade de uso dos recursos naturais; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#); II - os beneficiários dos projetos de que trata o inciso I manifestarão sua concordância com as condições de obtenção das terras destinadas à implantação dos projetos de assentamento, inclusive quanto ao preço a ser pago pelo órgão federal executor do programa de reforma agrária e com relação aos recursos naturais; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#); III - nos projetos criados será elaborado Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA, que orientará a fixação de normas técnicas para a sua implantação e os respectivos investimentos; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#); IV - integrarão a clientela de trabalhadores rurais, para fins de assentamento em projetos de reforma agrária, somente aqueles que satisfizerem os requisitos fixados para seleção e classificação previstos nesta Lei; e [\(Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017\)](#); V - a consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de reforma agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001\)](#) [\(Vide Lei nº 13.001, de 2014\)](#) [\(Regulamento\)](#) (BRASIL, 1993, art. 17).

³ Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana.

Ainda definindo o conceito de Assentamento Rural, temos a definição⁴ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA – (2022), que diz o seguinte,

O assentamento de reforma agrária é um **conjunto de unidades agrícolas**, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Cada uma dessas unidades, chamada de parcelas ou lotes, é destinada a uma família de agricultor ou trabalhador rural sem condições econômicas de adquirir um imóvel rural. A família beneficiada deve residir e explorar o lote, com o desenvolvimento de atividades produtivas diversas. A quantidade de lotes ou parcelas num assentamento é definida a partir de estudo de capacidade de geração de renda do imóvel. O estudo aponta a destinação agropecuária dos lotes, a quantidade de famílias assentadas, a viabilidade econômica da exploração, a disponibilidade de água e outras condições com impacto na capacidade produtiva. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. As habitações podem ser construídas em cada lote ou em área coletiva com instalação de uma agrovila. O assentamento tem também áreas de uso comunitária e para construção de estruturas coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde e áreas esportivas. Toda área de reforma agrária tem ainda locais de preservação ambiental, como reserva legal e área de proteção permanente. Cada lote em assentamento é uma unidade familiar em seu respectivo município e demanda benefícios de todas as esferas de governo, como escolas (municipal e estadual), estradas (federal, estadual e municipal), créditos (federal e estadual), assistência técnica (federal, estadual e municipal), saúde (estadual e municipal) e outros. Algumas dessas ações para o desenvolvimento e consolidação do assentamento são executadas por iniciativa e com recursos do Incra ou ainda por meio de parcerias com os governos locais e outras instituições públicas.

Em relação a importância que os assentamentos rurais têm para a população, entendemos que eles proporcionam independência econômica de populações que não foram privilegiadas ao longo da história do país. Deste modo possibilitando que possam se ver como protagonistas em sua sociedade, não dependendo unicamente do governo,

Em suma, a implantação de assentamentos rurais no Brasil tem demonstrado ser de grande importância social para o país, dando a possibilidade de inclusão social e melhoria de vida para famílias que estavam excluídas do mercado do trabalho e do acesso a terra, transformando um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos (MIRALHA & HESPANHOL, 2005, p. 02).

Em relação aos assentamentos no Estado do Amapá, verificamos que eles “emergiram da política de reforma agrária em 1987, promovida pelo INCRA e pelas ações do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a medida visava atender as

⁴ INCRA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Informação acessada em 01/12/2022, disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>

reivindicações sociais rurais que exigiam direito a terra”, e atualmente “[...], existem no Amapá 54 assentamentos rurais (pelos critérios do INCRA), ocupando uma superfície total de 2.244.755,99 hectares” (FILOCREÃO & SILVA, 2016, p. 145), como pode ser observado na figura 01.

O Estado do Amapá está localizado na região norte do Brasil e possui uma extensão territorial de 142.827,89 km², distribuída por 16 municípios. Em relação ao contingente populacional, o Estado tem uma população de 669.526 pessoas, sendo que 89,8 % das pessoas estão residindo na área urbana do Estado e apenas 10,2% da população localiza-se em área rural. A densidade demográfica deste Estado amazônico é baixa, apresentando 4,69 pessoas por km² (IBGE, 2010). As terras do Estado estão sob jurisdição de 4 órgãos, sendo eles o: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que possui sob sua jurisdição 41% das terras do Estado, o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) que possui sob sua jurisdição 40% das terras, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que possui 8% e o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP) que tem sob sua jurisdição 11% das terras do Estado (IMAP, 2010).

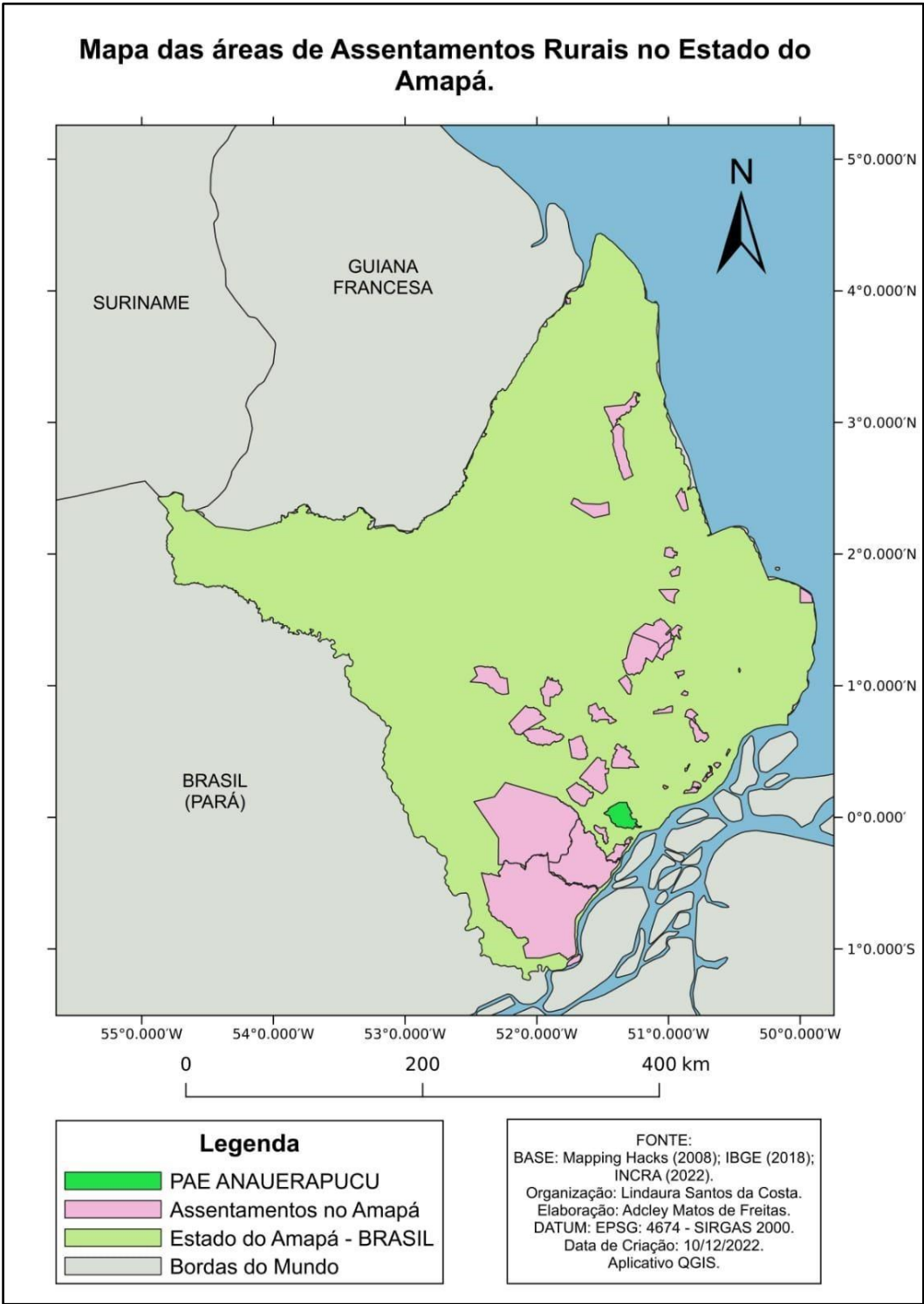
O assentamento Anauerapucu, destacado no mapa acima constitui um dos assentamentos criados pelo INCRA no Amapá. Quanto aos procedimentos para criação dos assentamentos, INCRA (2022) informa o seguinte,

A criação é feita por meio da publicação de uma portaria, na qual constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos: I - os criados por meio de obtenção de terras **pelo Incra**, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PA), que incluem os ambientalmente diferenciados e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS); II -os implantados por instituições governamentais e **reconhecidos** pelo Incra para acesso a algumas políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Dentre estes abordaremos a modalidade de Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), que é um dos tipos de assentamento criados diretamente pelo INCRA. Ele possui como características,

Atualmente, existe no Estado do Amapá 15 assentamentos na modalidade PAE, como pode ser observado no mapa da figura 02. E é onde se encaixa o Assentamento Anauerapucu.

Figura 2: Mapa das áreas de Assentamentos Rurais no Estado do Amapá.



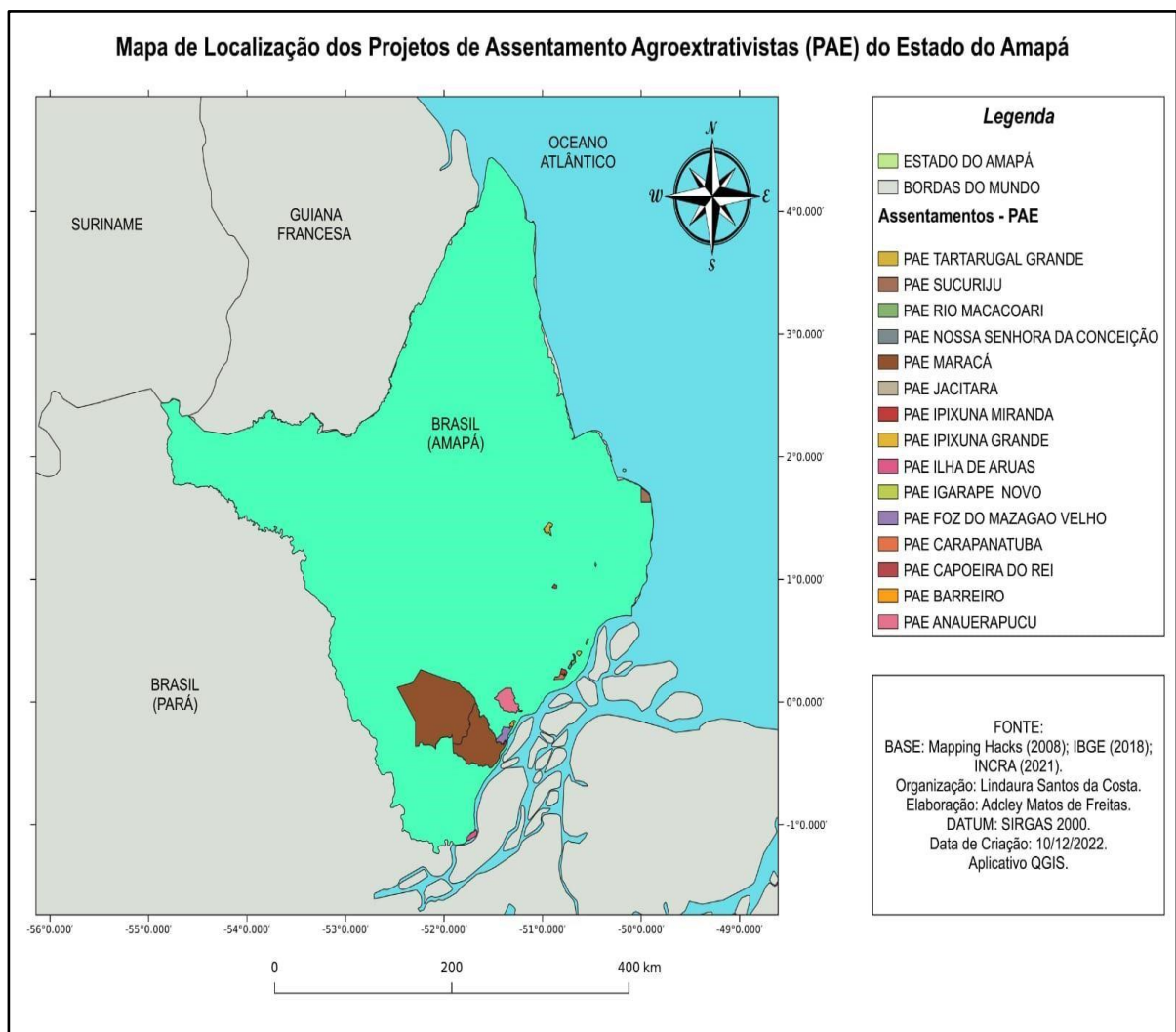
Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022.

Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; Aporte de recursos de crédito Apoio Instalação e de crédito de produção de responsabilidade da união; Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; Titulação (Concessão de Uso) de

responsabilidade da União; Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas; Atividades ambientalmente diferenciadas (INCRA, 2022).

Estudo como de Antonio (2020), Farias; Beltrão; Santos (2018), e Melo & Scopinho (2018) sobre assentamentos rurais estão cada vez mais em evidência, devido principalmente à grande importância que se tem dado ao meio de subsistência e comercialização que a agricultura familiar vem tendo nas últimas décadas. Esta situação tem levado à reflexão sobre as questões agrárias, sobretudo quanto aos atores envolvidos, pessoas, famílias, comunidades, que tempos atrás eram esquecidos ou passavam despercebidos pela grande maioria.

Figura 3: Mapa de Localização dos PAEs do Estado do Amapá



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022.

Quanto ao termo associação, podemos defini-la de acordo com o código Civil em seu artigo 44, inciso I como “pessoas jurídicas de direito privado”⁵, todavia, segundo Loreto (2022)⁶ “o regramento das associações está previsto nos arts. 53 a 61 do CC. De acordo com o art. 53 do CC: Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Ainda segundo Loreto (2022)

as associações são pessoas jurídicas de direito privado através da qual pessoas se congregam objetivando realizar determinada atividade fim sem intuito de obter lucro. Porém, mesmo sem ter lucros, as associações possuem patrimônio, que deve ser utilizado para atingir seus fins.

Referindo-se às associações de produtores rurais, Nanthapa e Bata (2020) citam que um dos fatores transversais dos sistemas agroalimentares inclusivos é a interação social e produtiva dos produtores. Tais organizações de produtores, em geral, oferecem uma gama de serviços aos seus membros, em particular o acesso a insumos produtivos, mercados, informação e comunicação, bem como acesso a recursos naturais e voz nas decisões que influenciam as políticas públicas de uma localidade ou região.

Quando pequenos agricultores com poucos recursos trabalham juntos é facilitado o acesso a insumos agrícolas como sementes, material de plantio, água, fertilizantes e pesticidas. E agrupar os produtos de todos para alcançar mercados maiores. É possível encontrar organizações de produtores e produtoras em franco crescimento, tanto quantitativo como qualitativo, que se caracterizam por serem inclusivas, facilitando a integração dos seus associados nos mercados.

A respeito do apoio prestado por entidades públicas para estas organizações, destaca-se a importância de ações que visam promover a melhoria do associativismo rural, procurando gerar um ambiente social e econômico mais adequado para eles. Tal modo de se organizar permite participar, consultar, propor, e dialogar com as diversas partes envolvidas, em particular com os responsáveis pela tomada de decisões.

⁵ Informação acessada em 01/12/2022, disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm

⁶ Informação acessada em 01/12/2022, disponível em: <https://rloreto.jusbrasil.com.br/artigos/547485966/associacoes>

Outro fator que contribui para a sustentabilidade econômica dos assentamentos são as políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tal programa foi criado em julho de 2003 como uma das ações do Governo Federal para inclusão produtiva rural das famílias mais pobres. Tem como finalidade propiciar o acesso à alimentação da população por meio do incentivo à agricultura familiar, pela aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, sem licitação, destinado às pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

3.1 O Assentamento Anauerapucu

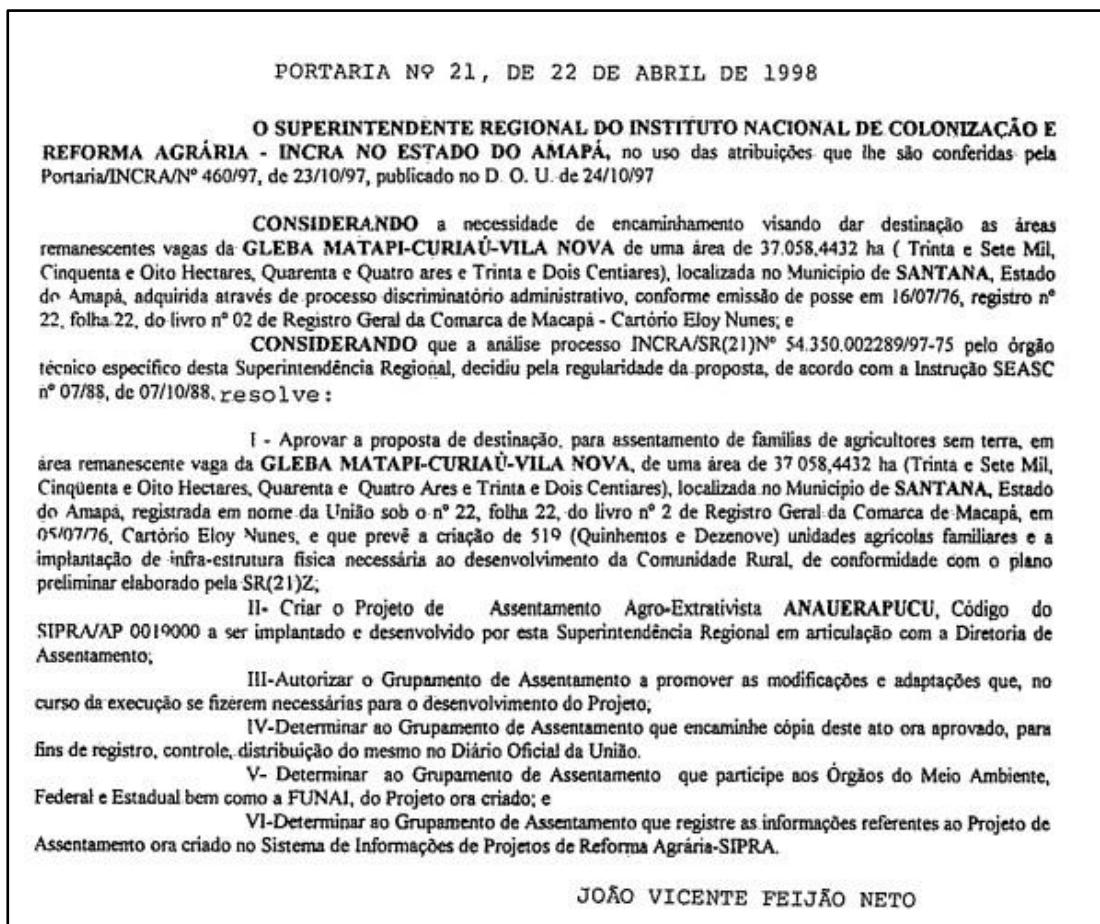
Em 1976 o local onde hoje fica a sede do assentamento era a Vila Vistosa Madre de Deus, esta deu origem ao assentamento criado pela portaria nº 21 de abril de 1998 (figura 03), publicado pelo Diário Oficial da União de 30 de abril de 1998 (anexos deste trabalho). Mais tarde, foi criado oficialmente pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA em 1998 o assentamento Anauerapucu (Figura 04), com 519 famílias ganhando o título de posse daquela terra. Logo após a criação do assentamento, e com a vinda dos ocupantes do mesmo, surgiram as primeiras escolas, posto de saúde e posto policial para atender a população local.

O acesso ao local se dá pelo Ramal da Totóia (estrada de terra), que mais adiante se divide em 03 estradas de terra chamadas de linhas 1, 2 e 3 (Figura 05). O assentamento conta com duas escolas que ficam na vila. A escola do município, Prof. Raimundo Monteiro Baia atende crianças do 1º período ao 5º anos do Ensino Fundamental. E a escola estadual Francisco de Oliveira Filho, que atende alunos do sexto ano do fundamental II ao 3º ano do Ensino Médio.

No assentamento são produzidos diversos produtos tais como macaxeira, que é comercializada na forma de polpas e *in natura*, coentro (*Coriandrum sativum*), cebola (*Allium cepa*), pimentinha (*Capsicum spp*), couve (*Brassica oleracea*), maxixe (*Cucumis anguria*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), feijão-de-corda (*Vigna unguiculata*), chicória (*Cichorium intybus*), alface (*Lactuca sativa*) dentre outros produtos alimentícios, além de frutas diversas, como maracujá (*Passiflora edulis*), acerola (*Malpighia emarginata*), goiaba (*Psidium guajava*), taperebá (*Spondias mombin*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), graviola (*Annona muricata*) e algumas

ervas medicinais como mastruz (*Dysphania ambrosioides*), capim marinho (*Cymbopogon citratus*), canela (*Cinnamomum verum*), boldo (*Peumus boldus*) entre outros.

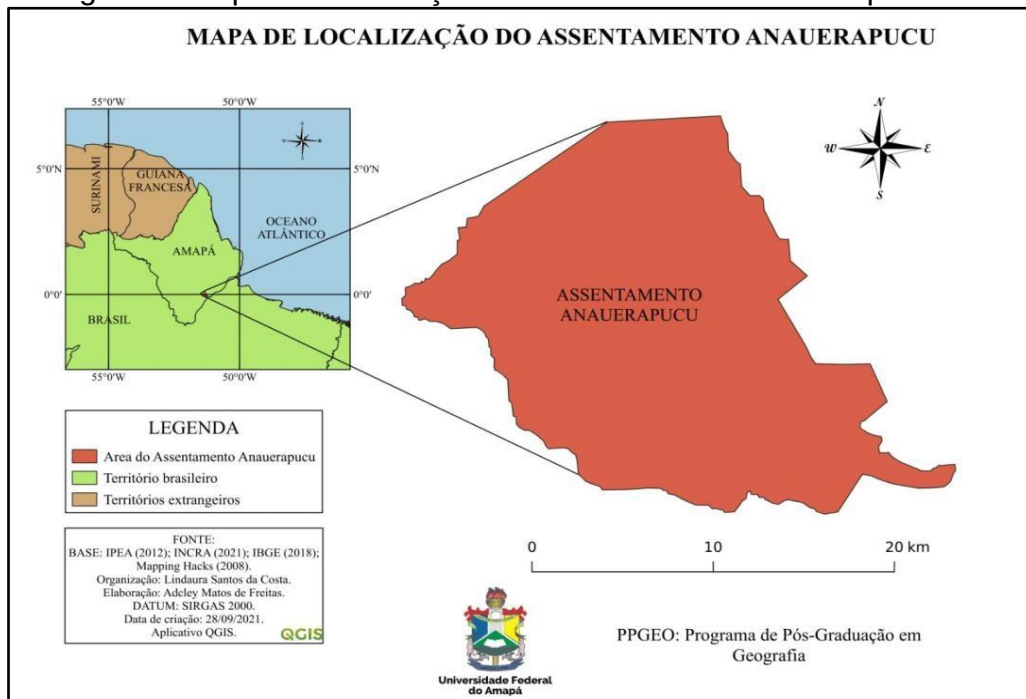
Figura 4: Portaria nº21, de 22 de abril de 1998



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022.

Na figura acima (figura 03), está a portaria de criação do Assentamento Agroextrativista Anauerapucu, Portaria nº21 de 22 de abril de 1998, no município de Santana. A delimitação deste assentamento pode ser visualizada no mapa da figura 04.

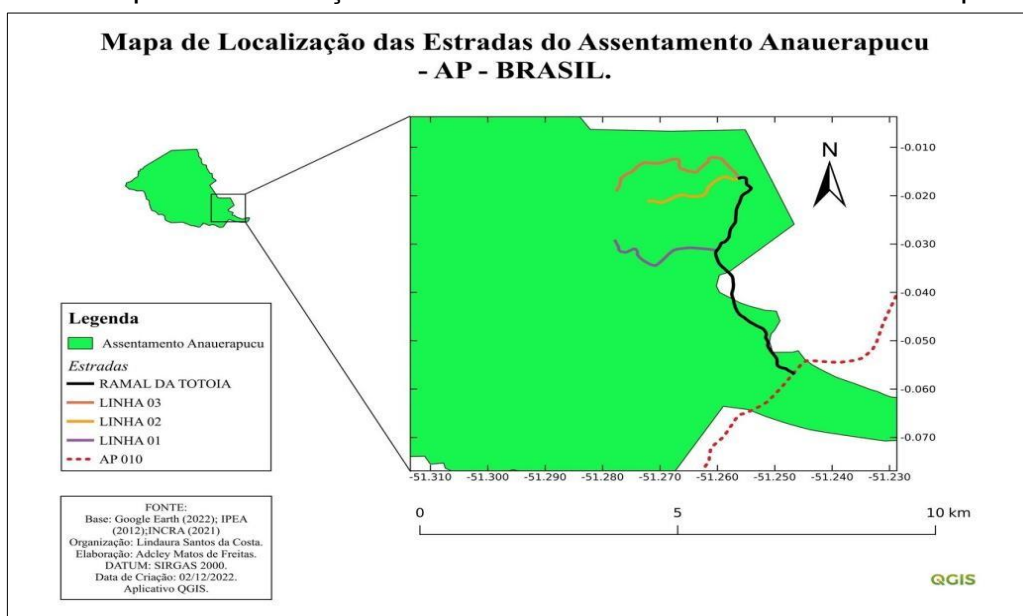
Figura 5: Mapa de localização do Assentamento Anauerapucu.



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2021

Na figura 04, está o mapa de localização do assentamento Anauerapucu. Já na figura abaixo (05) está destacada a área terrestre, conhecida popularmente pelos moradores das redondezas como ramal da Totóia, o qual se divide em 03 linhas.

Figura 6: Mapa de localização das estradas do Assentamento Anauerapucu.



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022

A figura 05 representa as linhas do assentamento Anauerapucu, divididas em linhas 01,02 e 03. A Attafex-San está localizada na linha 02, mas funcionando temporariamente na casa da atual presidente, a senhora Djanira Ferreira de Oliveira, que reside na linha 03. A linha pontilhada representa a rodovia AP 010, que liga o município de Santana ao município de Mazagão. As áreas de plantios das mulheres entrevistadas estão a cerca de 07 quilômetros de distância da rodovia AP 010.

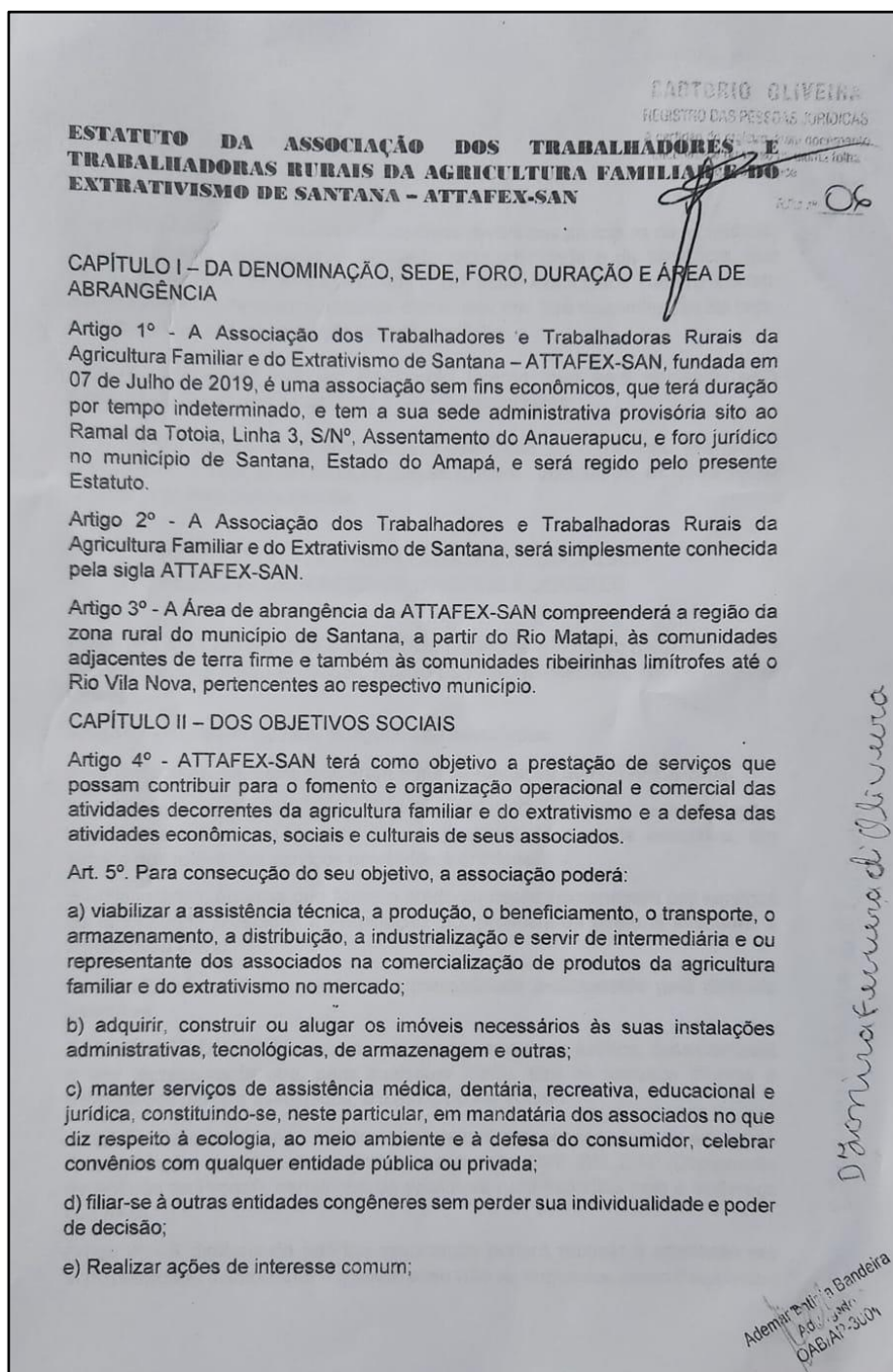
3.2 A Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana (Attafex-San)

A Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana (Attafex-San) foi formalizada em 10 de dezembro de 2019. Embora suas atividades tenham efetivamente iniciadas em 2020, período coincidente com a pandemia da Covid-19. A associação, atualmente conta com 42 famílias associadas, das quais 30 são representadas por mulheres, e conta com oito pessoas à frente de sua organização, das quais seis são mulheres. Para sua regulamentação, e por solicitação da até então Diretora-Presidente Djanira Ferreira de Oliveira, a associação recebeu orientação da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá e do Instituto de Desenvolvimento Rural Do Amapá (RURAP), órgãos do governo do Estado, além da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ligada ao Governo Federal.

A intenção foi criar uma entidade que pudesse representar as famílias do Assentamento do Anauerapucu no acesso a recursos necessários para o escoamento de suas produções, como pode ser observado na figura 06 e figura 07. Bem como a assistência técnica, crédito, insumos, máquinas e equipamentos e manutenção dos ramais de acesso aos centros consumidores. Outras intenções iniciais estavam voltadas para o fortalecimento da comercialização, participando em feiras de produtores rurais, promoção da produção natural e orgânica, geração de ferramentas para a criação de um fundo especial dirigido aos agricultores, capacitação técnica permanente, gestão da participação nos espaços de decisão para o gerenciamento dos recursos naturais da região, contribuição para a melhoria dos serviços de saúde,

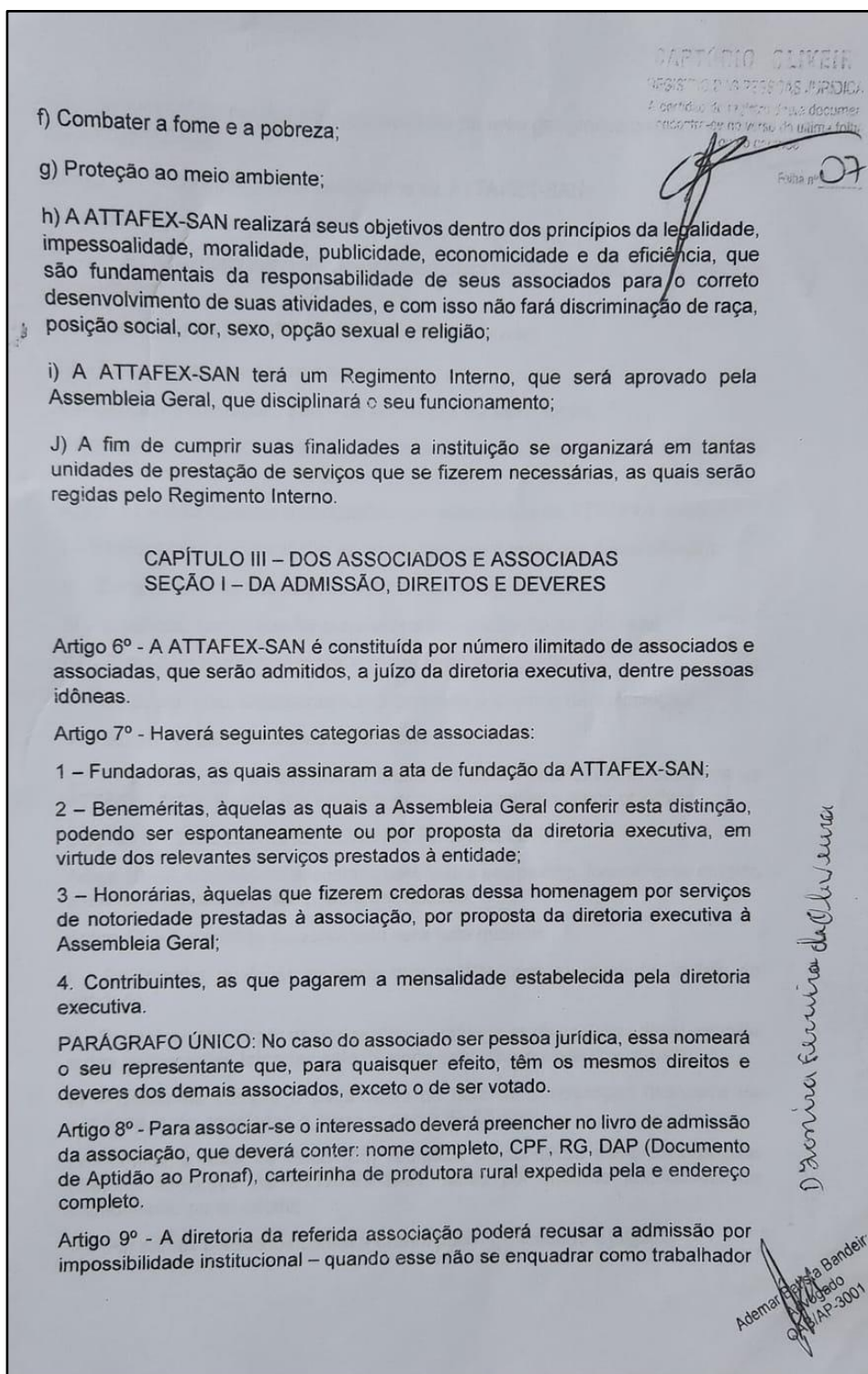
adaptados à cultura local, e promoção da adaptação do sistema educacional às realidades das comunidades locais.

Figura 7: Recorte do Estatuto da Attafex-San



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022

Figura 8: Recorte do Estatuto da Attafex-San



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022

Atualmente, a Attafex-San mantém dois projetos voltados para a comercialização dos produtos, o “Programa de Produção Integrada” (PPI), e o

“Programa Nacional de Alimentação Escolar” (PNAE). O PPI é um programa do Governo Federal, vinculado ao Governo do Amapá, voltado para a agricultura familiar. Ele tem previsão de recursos na ordem de R\$ 26 milhões para o biênio 2022/2023, para atender produtores dos 16 municípios amapaenses. Seus objetivos são de consolidar a agricultura familiar do Estado e o desenvolvimento rural, com inserção de tecnologias relacionadas com a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Em nível nacional o PPI começou suas atividades em 1998 no setor frutícola e culminaram em 2000 com a aprovação das normas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A adoção do sistema evoluiu em um curto espaço de tempo e nos dias atuais o Brasil possui um marco legal para a Produção Integrada de Frutas (PIF), que está em processo de expansão para todas as atividades agropecuárias. Pelo projeto do PPI, a Associação tem acesso a sementes, insumos, máquinas, equipamentos e assistência técnica para o desenvolvimento da agricultura local.

Quanto ao PNAE, a Attafex-San participa fornecendo parte de sua produção para integrar a merenda escolar nos estabelecimentos públicos de ensino. Este programa é o mais antigo do governo brasileiro na área de alimentação escolar e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Sendo considerado um dos maiores e mais extensos do mundo em termos de atendimento universal a escola e garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável (SCARIOT, 2017).

3.3 Reunião alusiva ao aniversário de criação da Attafex-San

No dia 10 de julho de 2021 ocorreu uma reunião da Attafex-San (Figura 08, e Figura 09), na casa da presidente da associação, em ato comemorativo aos seus dois anos de criação e o fato de terem conseguido a doação de um terreno para a sede. Na ocasião, estiveram presentes os diretores de desenvolvimento setorial e regional da Agência Amapá, o prefeito de Santana-AP, um vereador, um deputado, representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e representantes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), além de representantes comerciais que vendem insumos agrícolas para os assentados.

Na ocasião foi oferecido um café da manhã para as pessoas que estavam presentes. De início, já pode se observar organização por parte das mulheres.

Chegaram cedo e organizaram o lugar. As próprias moradoras, associadas, levaram os alimentos produzidos por elas para alimentar os convidados. Havia milho cozido, bolo de macaxeira, macaxeira cozida, bolo de milho e sucos de frutas de diversos sabores, tais como maracujá, acerola, cupuaçu, abacaxi e taperebá. O intuito era servir somente alimentos produzidos por moradores do assentamento.

Figura 9: Foto da reunião da Attafex-San do dia 10 de julho de 2021⁷



Fonte: ageamapa.portal.ap.gêv.br

Figura 10: Foto da reunião da Attafex-San do dia 10 de julho de 2021



Fonte: ageamapa.portal.ap.gov.br.

Nas figuras 08 e 09, estão os representantes convidados para comemoração dos 02 anos de implantação da Attafex-San.

⁷ Disponível em: <https://ageamapa.portal.ap.gov.br/noticia/1107/agencia-amapa-reforcaapoio-tecnico-durante-comemoracao-de-aniversario-da-associacao-de-trabalhadores-rurais-desantana->

A presidente da associação, única mulher a compor a mesa, em sua fala durante a reunião, ressaltou a importância da associação para os moradores do assentamento, e principalmente para as mulheres. Na ocasião, em seu pronunciamento, falou sobre a felicidade em ver que agora elas estavam sendo vistas e ouvidas, falou também da importância da união de todos, dizendo que assim se tornarão mais fortes.

No momento da fala dos representantes das instituições, e políticos, foi observado que todos elogiaram o belo trabalho das mulheres na produção dos alimentos e na organização do espaço. No entanto, quando a fala era direcionada aos trabalhos desenvolvidos no campo, era aos homens que se dirigiam à palavra.

3.4 Participação das Mulheres agricultoras na Attafex-San

Sobre como se dá o envolvimento das mulheres na associação, é possível verificar que estas são mais numerosas que os homens no quadro da Associação. Uma das consequências disso é fato de ter uma participação feminina mais intensa. Este envolvimento gera benefícios para as famílias produtoras, direta e indiretamente, pois elas são constantes em reuniões, assembleias, e articulações com outros espaços. Deste modo, se mostrando relevantes ao funcionamento da associação.

Uma associação com expressiva participação de seus associados mostra-se essencial para o desenvolvimento futuro da agricultura na região do Anauerapucu. Afinal, a associatividade das organizações produtivas é a principal arma do campesinato brasileiro para poder viver e não apenas sobreviver; é uma ferramenta que deve ser apoiada pelos Estados, porém respeitando os contextos culturais e econômicos locais Nanthapa e Bata (2020). Neste sentido, Antonio et al. (2020) consideram a promoção do associativismo uma resposta concreta à necessidade de investir na agricultura e em outros setores da economia, sem deixar de dar especial atenção às agricultoras sem-terra e às mulheres de comunidades rurais socialmente desfavorecidas.

Um aspecto positivo, no sentido de fortalecimento da participação feminina, encontrado no estudo, refere-se ao trabalho que a associação desenvolve na formação e conscientização de suas integrantes. Tal fato contribui para a promoção da autonomia econômica das mulheres. Tal autonomia é definida por Cisne (2015)

como a capacidade de mulheres e homens de participar, contribuir e se beneficiar dos processos de crescimento de maneiras que reconheçam o valor de suas contribuições, respeitem sua dignidade e permitam negociar uma distribuição mais justa dos benefícios do crescimento.

A Attafex-San promove oficinas de capacitação em técnicas de produção sustentável e gestão econômica, equipamentos, insumos e visitas de intercâmbio para as mulheres agricultoras. Conti, Bazotti e Radomsky (2015) consideram que, além dos aspectos técnicos, permitir que as mulheres saiam de casa para participar de ações coletivas, como oficinas ou visitas, reforça o sentimento de empoderamento das mulheres e promove sua autoestima e independência, aprimorando sua capacidade de liderança, elemento fundamental de mudança social rumo à plena e efetiva participação da mulher na sociedade. Os espaços coletivos estimulam a reflexão coletiva sobre os problemas cotidianos e os motivam a atuar no âmbito comunitário e doméstico (CARVALHO, 2012).

Neste sentido, é relevante lembrar que na maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres rurais são a base da agricultura de pequena escala, do trabalho agrícola e da subsistência diária da família (CRUZ, 2020). Portanto, a promoção da autonomia econômica das mulheres mostra-se como importante para garantir o exercício de seus direitos, contribuindo, desta forma, para um desenvolvimento inclusivo e sustentável através de uma economia rural próspera (CARVALHO, 2012). Por tal razão, Antonio et al. (2020) consideram que a participação das mulheres na economia, e a promoção da sua autonomia nesta esfera, são essenciais para reforçar os seus direitos e capacitá-las para assumir o controle das suas vidas e influenciar a sociedade.

CAPÍTULO 04: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU

Neste capítulo serão apresentados os resultados finais desta pesquisa, obtidos através das entrevistas realizadas com mulheres agricultoras do Assentamento Anauerapucu, e das coletas de dados. Iniciaremos com a análise da entrevista em formato de roda de conversa (Figura 11), e das informações coletadas por meio de diálogos com as agricultoras, e por questionário (Apêndice).

Figura 11: Foto da entrevista em formato de roda de conversa.



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2021.

A figura 11, demonstra a roda de conversa realizada com as mulheres produtoras do assentamento Anauerapucu que fazem parte da Attafex-San.

4.1 Entrevista com as agricultoras da Attafex-San

Através da entrevista com mulheres que fazem parte da associação, que ocorreu no dia 27 de outubro de 2022, foi relatado a ciência de que nem sempre são ouvidas ou têm seus trabalhos realmente reconhecidos tanto pelos maridos, quanto

pelas demais pessoas. Falaram ainda sobre a importância da criação da associação. Para elas foi uma maneira de acessar lugares, que antes, sozinhas, não conseguiam.

Falando das reivindicações, as mulheres citam a melhoria das estradas do assentamento e a questão do transporte como um dos principais fatores a serem tratados. Tal fala mostra-se evidente no seguinte questionamento: quais os principais entraves encontrados pelas trabalhadoras com relação à produção e comercialização dos produtos?

*Resposta: Temos o problema do transporte em relação a achar venda na feira, encontrar uma empresa que viesse comprar nossos produtos aqui no assentamento. Se produzir muito não tem para quem comercializar. Podemos perder a mercadoria aqui dentro do assentamento e no período chuvoso temos também o problema da estrada. Temos também o ataque de pragas, solos fracos, isso tudo é um entrave para a nossa produção.*⁸

O desenvolvimento e consolidação dos assentamentos decorrentes da reforma agrária no Brasil tem como obstáculo significativo à sua inserção nas condições do sistema produtivo, principalmente no que se refere à comercialização da produção agrícola. Esse cenário impõe aos assentados a necessidade de se formular coletivamente para romper as barreiras da agricultura familiar no mercado brasileiro.

Sobre esses obstáculos as mulheres entrevistadas relatam algumas limitações, tais como a logística de distribuição, que envolve principalmente a questão das estradas. Pois o ramal da Totóia é ligado à Rodovia AP 010, que interliga Santana ao município de Mazagão- AP. Dentro do assentamento, há estradas de barro que somam cerca de 07 quilômetros até suas áreas de plantio.

Foi relatado as péssimas condições de trafegabilidade do ramal da Totóia que liga a comunidade à rodovia AP-010. Também pelo ramal, vários produtores da região trafegam, fazendo pequenas entregas durante a semana, em comércios de pequeno porte, e panificadoras localizados nos municípios de Santana e Mazagão. Já a rodovia AP-010 liga tanto Mazagão Novo, como Mazagão Velho, a Sul, como Macapá e Santana, a Norte. Através desta via os agricultores acessam as duas feiras (Figura 12) na sede do município de Santana, principais destinos dos produtos. Uma das

⁸ Todas as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas durante a roda de conversa estão destacadas em itálico neste capítulo.

feiras funciona aos sábados pela manhã, e a outra às segundas-feiras das 14h00min às 21h00min.

O assentamento está a aproximadamente 20 quilômetros do município de Santana- AP e a questão do transporte é um dos fatores preponderantes do escoamento agrícola para o assentamento, impactando, inclusive, na escolha dos produtos para a venda, uma vez que se deixá-los tempo demasiado sem o devido armazenamento elas podem perde-los. Tal fato impacta na qualidade de vida, pois segundo elas, se houvesse transporte de qualidade e boas condições das vias, principalmente no período chuvoso, elas teriam mais produtos para venda e por conseguinte uma melhora na sua qualidade de vida.

As mulheres entrevistadas relataram que se houvesse fomento do governo em relação ao transporte e a manutenção da estrada haveria maior quantidade a ser vendida, o que traria melhoria na questão financeira delas. Outro fator a ser considerado, segundo elas, está na falta de convênio entre o governo e empresas para os produtos serem adquiridos dentro do assentamento, pois assim elas produziriam com a certeza que teriam venda para toda a produção.

Figura 12: Produtos comercializados pelas agricultoras.

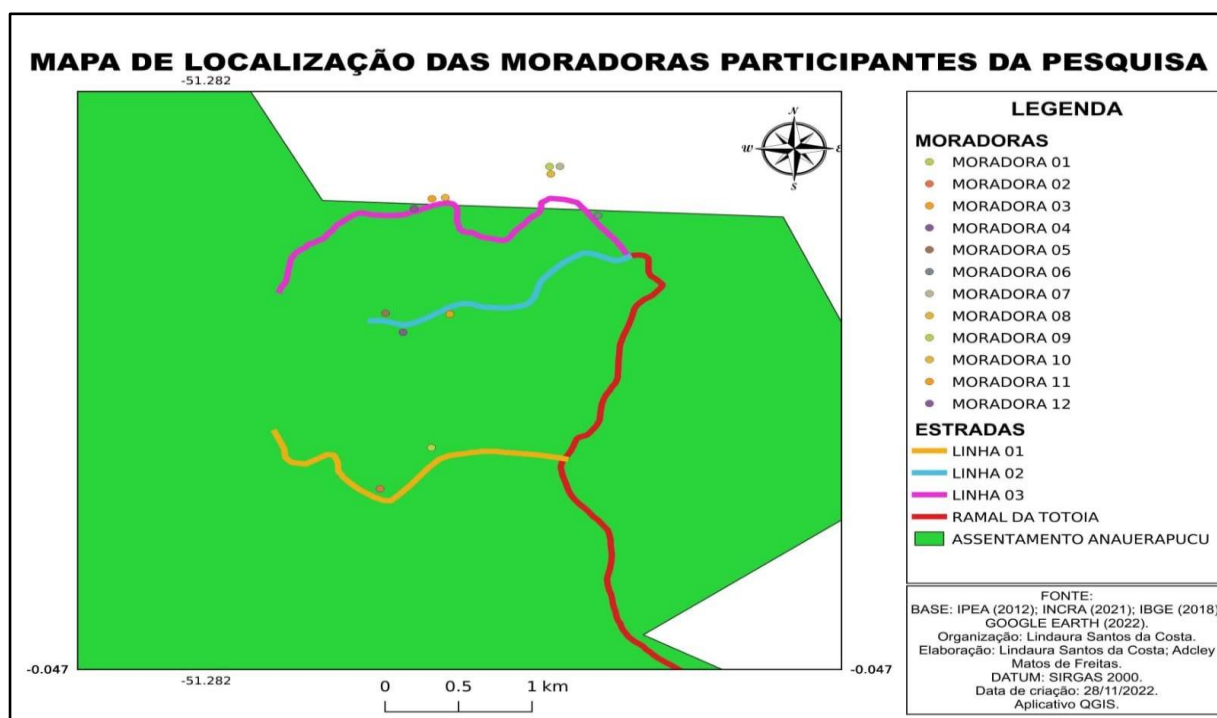


Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022.

A figura 12 apresenta um dos guichês que funcionam na feira nos dias de segunda-feira, no município de Santana-AP, que as mulheres entrevistadas utilizam para fazer a comercialização das hortaliças produzidas dentro do assentamento Anauerapucu. E para se chegar a estas feiras, a prefeitura de Santana disponibiliza um veículo do tipo caminhão para levar os produtos, e uma Van para transportar os produtores até as feiras. Devido o espaço da van ser insuficiente, parte segue em veículo próprio, como motocicletas, por exemplo. Além disso, o transporte às feiras é difícil no período chuvoso, pois o ramal de acesso até a rodovia AP 010 fica praticamente intrafegável.

Segundo a presidente da Attafex-San, a estrada é algo de suma importância, uma vez que, uma estrada em boas condições é melhor para todos, inclusive para os ônibus escolares do estado e da prefeitura levarem os alunos às escolas. É importante destacar que as produtoras vivem no Assentamento Anauerapucu (conforme pode-se observar no mapa da figura 13), portanto a melhora da estrada não só facilitaria o transporte dos produtos, como melhoraria a qualidade de vida dessas pessoas. Visto que teriam melhores condições de transitar por esse território.

Figura 13: Mapa de localização das moradoras participantes da pesquisa.



Fonte: Costa, Lindaura Santos da. 2022.

No mapa da figura 13, pode-se visualizar como se dá o acesso pelo ramal da Totóia, e como as vias dentro do assentamento são divididas em linhas, 01, 02 e 03. Neste mapa também se demarca onde estão algumas das residências das mulheres que participaram das entrevistadas nessa pesquisa.

Além dos problemas para transportar a produção até os centros consumidores, encontram-se dificuldades em relação a produção e à comercialização dos produtos. As produtoras citam a ausência de empresas que possam adquirir os produtos em grande quantidade. Devido ao baixo volume de comercialização, a produção precisa ficar limitada, para não se perder. A existência de empresas atacadistas interessadas em adquirir produtos, segundo elas, poderia permitir uma ampliação da produção, gerando mais capital para os agricultores.

Acerca do problema da baixa comercialização, Spanevello et al. (2019) analisam que, em todo o país e no mundo, os pequenos agricultores estão cada vez mais excluídos das economias alimentares globalizadas que estão surgindo nos países em desenvolvimento. Esses produtores, que tendem a estar entre os mais pobres da população rural, nem sempre são incapazes de adotar novas tecnologias ou aumentar suas economias de escala. As tendências indicam que os pequenos agricultores, por não conseguirem vender a sua produção, acabam abandonando ou vendendo seus lotes com mais frequência, levando à concentração de terras e à expansão da produção agrícola comercial.

Segundo Santos e Maciel (2018), embora o comércio possa promover o incremento da produção agrícola no desenvolvimento da agricultura comercial em grande escala, a produção de culturas de exportação e a liberalização do mercado pode representar grandes riscos para a agricultura de subsistência, e os sistemas de produção em pequena escala, como é o caso da Attafex-San. A transformação acelerada do ambiente internacional pressiona cada vez mais os pequenos agricultores para que se adaptem. E com isso, introduzam melhorias tecnológicas em seus sistemas agrícolas, a fim de melhor competir no mercado de alimentos.

Porém, para se alcançar outros mercados, e acompanhar as evoluções tecnológicas é necessário capital para investir no negócio. E as atividades agrícolas das mulheres enfrenta restrições devido à falta de capital financeiro e acesso adequado aos recursos produtivos, como bem apontaram Spanevello et al. (2019). Portanto, tendem a ter baixos níveis de mecanização e insumos tecnológicos, o que

se traduz em baixa produtividade. No caso específico das mulheres da ATTAEXSAN, como pequenas agricultoras ou agricultoras de subsistência, não podem aproveitar a abertura de novas oportunidades no mercado de produtos agrícolas sem um crédito de capital.

4.2 Linhas de crédito Disponíveis para as agricultoras

Segundo as agricultoras, graças à organização trazida pela Attafex-San, mais mulheres tiveram acesso a linhas de crédito e financiamento da produção. Por meio de programas como o Pronaf Mulher, que é um subprograma do PRONAF, sendo descrito como um “financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.” (BNDES, 2022)⁹

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) que atende tanto a agricultora individualmente, como coletivamente, efetivado com grupo de produtoras rurais que possuam propósitos coletivos que incluam aportes para construção, ampliação e reforma de instalações, para a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários de uso coletivo. O acesso a esses recursos é apoiado pelo próprio PRONAF e também pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Outro crédito acessado é o “Apoio Inicial”, que é uma modalidade de crédito fornecido através do INCRA para as pessoas que estão iniciando suas atividades agrícolas. Tem o intuito de incentivar pequenos produtores, como os da agricultura familiar. O projeto fornece o valor de R\$ 2.400,00 e a agricultora quita todo o valor pagando R\$400,00, ou seja, pagando apenas 10% do valor recebido. As mulheres ainda tem acesso ao “Fomento Mulher”, que pode alternar entre R\$3.000,00 à R\$5.000,00, onde a agricultora paga 10% do valor total para quitar o empréstimo, importante ressaltar que este programa existe desde antes da criação da associação, porém perdura sendo usado pelas agricultoras mesmo depois de sua existência.

⁹ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf> acessado em: 11/12/2022

Um exemplo disso pode ser observado em uma notícia divulgada pela prefeitura de Santana em seu site oficial no dia 16 de abril de 2020. Onde é divulgado alguns dos primeiros resultados do Programa Fomento Mulher (figura 14).

Figura 14: Agricultora contemplada pelo Programa Fomento Mulher



Fonte: PREFEITURA DE SANTANA, 2020.

Segundo esta notícia,

O programa tem o objetivo de investir nos projetos econômicos das mulheres que moram em assentamentos. Nessa etapa, as mulheres da comunidade de Anauerapucu já começam a receber o incentivo para investir nos projetos agrícolas. As cinco vias de trabalho desenvolvidas são o manejo de açaí, criação de frango, horta, mandioca e pesca.¹⁰

E para se conseguir acessar a tais linhas de crédito a propriedade da terra é essencial. Como mencionamos no capítulo I, o título da terra é, na maioria dos países, em geral no nome do chefe de família masculino. No entanto, de acordo com informações obtidas durante a roda de conversa, as mulheres citam que esta realidade vem mudando. Conforme podemos observar na resposta da pergunta de número 06, que tem a seguinte indagação: a associação mantém algum projeto voltado para a melhoria da renda familiar dos Trabalhadores?

¹⁰ Disponível em: <https://www.santana.ap.gov.br/mulheres-de-anauerapucu-comecam-a-executar-os-projetos-de-economia-familiar/> acessado em 10/12/2022.

Resposta: Sim, o projeto do PPI, ele vai servir o agricultor. Ele dá o adubo, o preparo da terra através da aragem, da as sementes. A gente tem acesso a tudo para poder produzir e vender. De todo o insumo.

Elas afirmam que sim, o PPI¹¹ garante os insumos para a preparação da terra até as sementes para o plantio, mas não mencionaram, nenhum tipo de incentivo ou programa de formação para mulheres para trabalhar no campo, nem acesso a tecnologias de plantio e aumento de produção, essenciais para gerar mais renda para as famílias do assentamento. Para Loli, Lima e Silochi, (2020) o acesso a insumos e tecnologias e a terra, são elementos cruciais para manter a produção agrícola familiar e a permanência dessas famílias no campo, contribuindo para a distribuição e acesso a produtos agrícolas nas cidades e também garantindo a renda familiar dos agricultores.

Para Campos e tal, 2020, quando as mulheres têm esses elementos garantidos são mais produtivas que os homens. Além de garantir a sustentabilidade da terra, utilizando da melhor forma possível o espaço para o plantio e cultivo. É possível ainda que seja necessário programas de desenvolvimento que envolva e garanta o acesso ao insumo, terra, tecnologia e capacitação para essas mulheres otimizar o uso da terra. Como pode ser visto através do resultado da pesquisa quantitativa (Tabela 01, figura 15) com as participantes desta entrevista, mostrando majoritariamente a mulher como proprietária da terra.

TABELA 01

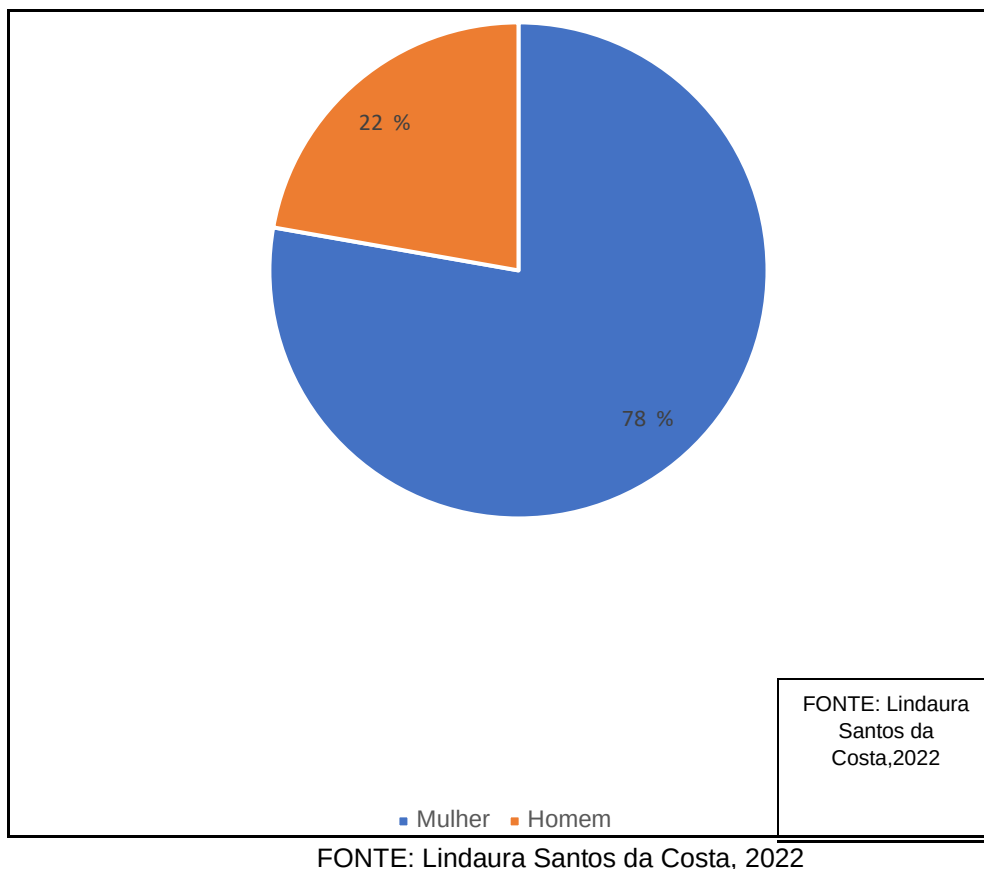
TABELA DE DIVISÃO DOS TITULOS DE TERRAS DAS FAMILIAS DAS PARTICIPANTES DA RODA DE CONVERSA DO ASSENTAMENTO ANAUERAPUCU POR SEXO DO TITULAR	
SEXO DO TITULAR DA TERRA	QUANTIDADE
MULHER	14
HOMEM	04
TOTAL	18
FONTE: Lindaura Santos da Costa, 2022	

FONTE: Lindaura Santos da Costa, 2022

¹¹ Segundo as agricultoras, o Programa de Produção Integrada (PPI) é cadastrado no nome da mulher.

A figura 15, e tabela 01, trazem como resultado uma visão geral, partindo de uma amostra de 43% do total de famílias cadastradas na associação. Desta amostra é possível constatar que as terras estão registradas na maioria em nome da mulher.

Figura 15: Divisão dos títulos de terras das famílias das participantes da roda de conversa do Assentamento Anauerapucu por sexo do titular.



Nota-se que, 78% das terras das entrevistadas estão registradas no nome da mulher (Figura 15, gráfico 01).

4.3 Logística de produção e comercialização das mulheres produtoras da Attafex-San

Durante as entrevistas também foi investigado a logística que essas agricultoras realizam para entregar seu produto fim ao consumidor. Isso desde o momento do plantio, transporte, e venda de seus produtos (figura 16). Para a discussão desse item, formulamos a seguinte pergunta: de que forma vocês se

identificam dentro do processo de produção e comercialização dos produtos agrícolas?

Resposta: Adubamos, molhamos, colhemos, amarramos, coentro e cebolinha. Arrancamos macaxeira e vendemos também. Tudo fazemos parte, do início ao fim.

As mulheres entrevistadas relatam o tipo de atividades que elas desenvolvem no campo. Dizem que participam de tudo, que inclui desde a seleção de sementes, plantio, adubação, regar as hortaliças, arvores de maracujá, colheita da macaxeira e tudo o que produzem para vender. Mas na hora da divisão, o dinheiro geralmente delas é só da hortaliça, das coisas que elas vendem no guichê da feira. Já os produtos agrícolas de maior valor, que são entregues em outros locais, geralmente pelo marido, seu lucro fica com ele. Elas, por outro lado, também participam do trabalho pesado e ainda assim, a renda não é distribuída de maneira igualitária, pois ficam sempre com o produto de menor valor e esse dinheiro que ela recebe, acaba sendo dividido para ela, para as crianças e utilidades domésticas.

Figura 16: Foto de horta de agricultora da Attafex-San



FONTE: Lindaure Santos da Costa, 20

Na figura acima pode-se observar uma área de plantio de hortaliças. Num mesmo local culturas diferentes de produtos que serão colhidos e vendidos nas feiras. Conforme demonstra-se na figura abaixo.

Figura 17: Foto de produtos das agricultoras da Attafex-San à venda em feiras.



FONTE: Lindaura Santos da Costa, 2022

Para melhor compreensão da logística foram criados dois fluxogramas, que descrevem o seguinte:

Inicialmente descreve suas duplas ou triplas jornadas de trabalho, enquanto mulheres agricultoras, esposas, mães, e responsáveis pelas atividades de cuidado, que consiste em: acordar e preparar o café da manhã, por volta das 05h30; arrumar as crianças para a escola; acompanhar o companheiro no roçado/horta; retornando antes do companheiro para o preparo do almoço; adiantam serviços domésticos; retornam ao roçado/horta; retornando ao final do dia para a casa, afim de preparar o jantar.

Posteriormente descreve a jornada como agricultoras, que consiste em: preparar a terra; seleção de sementes ou mudas; plantio; adubação; colheita; seleção dos produtos; escoamento da produção.

Figura 18: Organograma jornada de trabalho como mulheres agricultoras, esposas, mães e responsáveis.

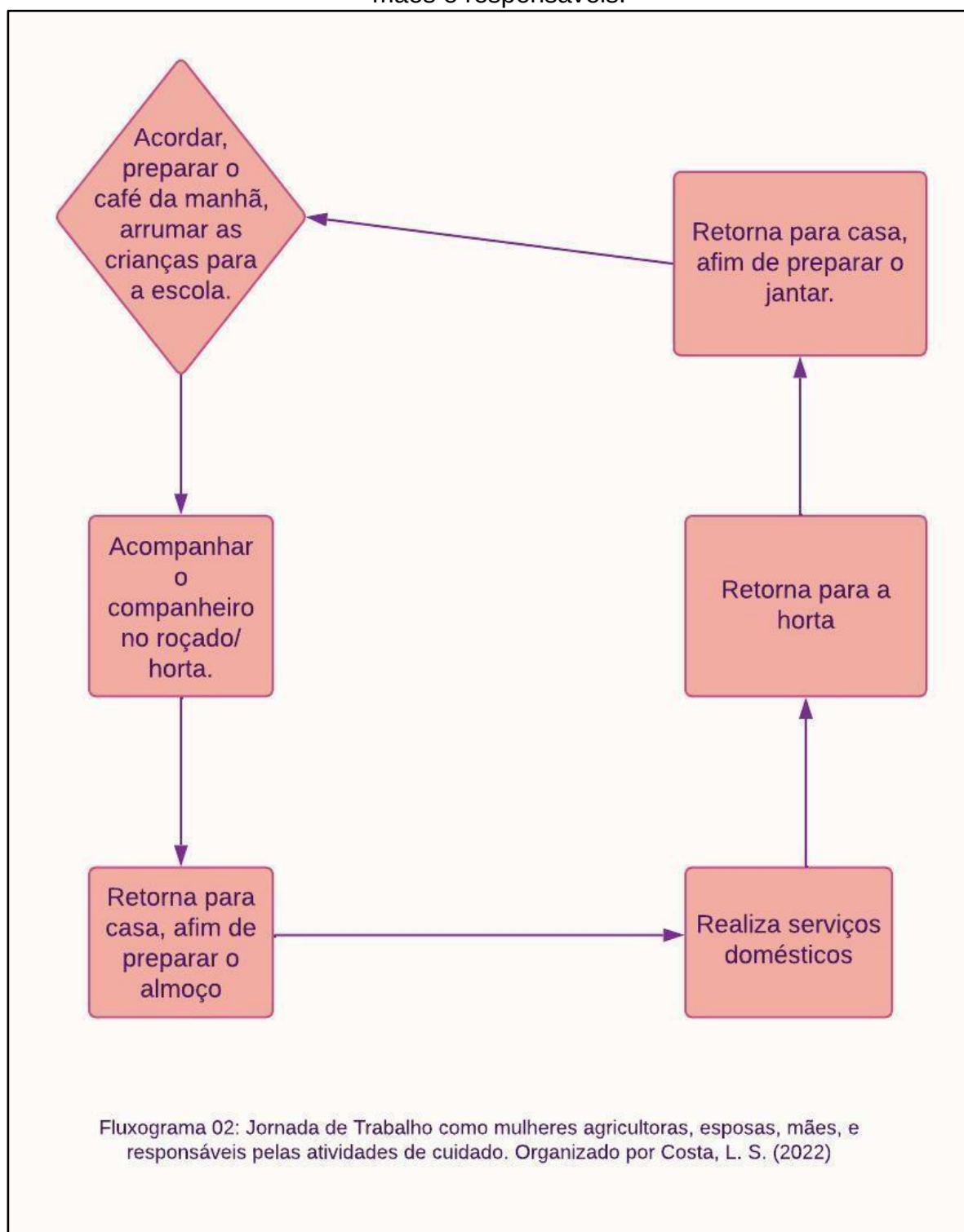
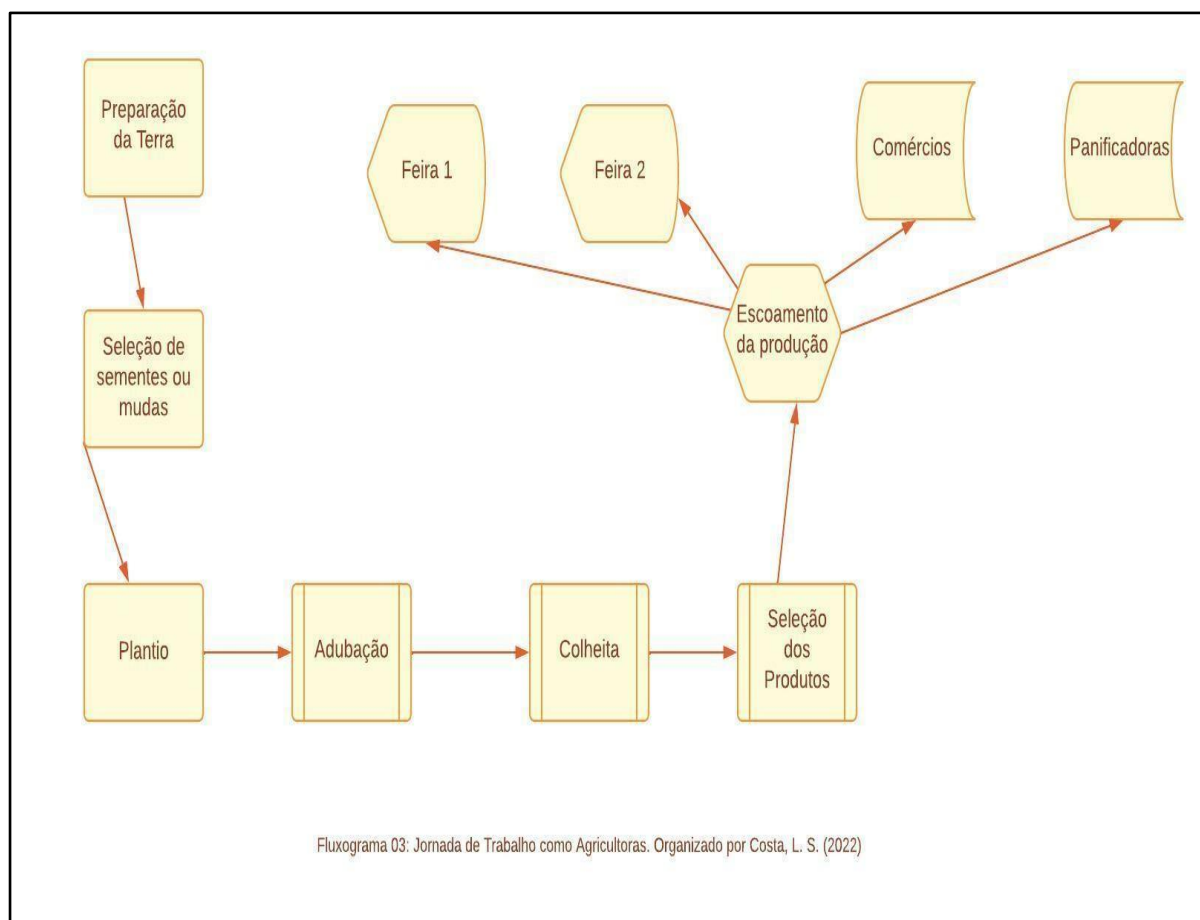


Figura 19: Organograma jornada de trabalho como agricultoras.



4.4 A dupla jornada de trabalho das mulheres na agricultura

Para dar conta de todas as atividades relacionadas à produção e comercialização dos seus produtos agrícolas, as mulheres associadas da Attafex-San são condicionadas a uma carga laboral bastante pesada e exigente. Elas trabalham nos 07 dias da semana, sendo que no domingo e às segundas-feiras as tarefas são ainda mais árduas. Pois elas precisam colher, organizar, e acondicionar os produtos que serão levados para a feira de agricultores. Neste dia específico, o trabalho começa às 05h00min, sendo que às 9h00min os produtos precisam estar em exposição.

Tais informações podem ser vistas na resposta da pergunta de número 08, que faz o seguinte questionamento: com relação a todas as atividades desenvolvidas no âmbito casa/Campo/comercialização de produtos, como você se insere? Há uma dupla/tripla jornada de trabalho de mulheres?

Resposta: A gente se vira nos 30, digamos assim. Trabalhamos de domingo a domingo. Mas de domingo para segunda é pior porque a gente acorda pela manhã no domingo e trabalha o dia inteiro. Até na segunda de manhã também, quando a gente amarra produtos para levar e, somos nós mesmo que vendemos lá na feira. Cada uma tem, digamos assim, 01 guichê onde comercializa os nossos produtos. trabalhamos na colheita no domingo, para chegar na segunda e fazer a comercialização na feira. A partir das 9 horas da manhã, começa e vai o dia todo, amarrando, vendendo e por aí vai.

Percebe-se que há um acúmulo de tarefas domésticas com os afazeres da atividade rural, que é desempenhada em pé de igualdade com os homens. Elas relatam uma rotina exaustiva na colheita, separação, preparação dos produtos agrícolas, para o transporte para a comercialização longe do assentamento, inclusive no fim de semana. Demonstrando as desigualdades e assimetrias na distribuição do trabalho produtivo e reprodutivo. A soma desses dois tipos de trabalhos recai sobre as mulheres que contribuem duplamente para o bem estar familiar, com os cuidados domésticos e com a produção e comercialização de produtos agrícolas, gerando renda para a família e o Estado.

Porém, essa mulher tem como remuneração apenas a renda dos produtos agrícolas. O trabalho doméstico, essencial para a manutenção do grupo familiar nos moldes que beneficia os homens e o Estado, têm seu trabalho doméstico invisibilizado e não remunerado, sobre a justificativa que é "papel natural da mulher", o cuidado do grupo familiar simplesmente por seu gênero.

Assim, a jornada de trabalho dessas mulheres é extensiva, porém, sem remuneração do trabalho doméstico, que não é considerado como trabalho passível de remuneração por ser um serviço atribuído a "dona de casa". Esta jornada exaustiva de trabalho influencia na qualidade de vida da mulher, pois a sobrecarrega e nega reconhecimento do núcleo familiar, social e do Estado. Esse último, não considera em seus dados oficiais o trabalho doméstico como trabalho a ser contabilizado nas atividades realizadas pelas mulheres.

Deste modo, as mulheres buscam maneiras para compatibilizar suas jornadas de trabalho, e garantir o bem-estar no núcleo familiar, através dos trabalhos reproduzidos diariamente. Gerando renda para o bem estar econômico da família, através do trabalho produtivo na plantação e comercialização de produtos agrícolas. Elas permanecem nessa rotina cansativa, como relatado, sem muito questionamento

e perspectiva de mudança. Demonstrando que a lógica capitalista e patriarcal continua a vigorar nos grupos familiares desse assentamento, delegando a mulher à necessidade de se inserir no processo de geração de renda para sua família, através do trabalho no campo. Porém mantendo funções de cuidados do lar e familiares no período fora da atividade agrícola. (Herrera,2015).

Portanto, a incorporação da mulher ao trabalho na agricultura se realiza sem modificar essencialmente a divisão do trabalho assumida no âmbito doméstico. Em outras palavras, elas ingressam nas atividades produtivas e de comercialização de forma complementar e não em substituição aos seus papéis de donas de casa. Estando em concordância com Silva et al. (2020), que se aprofundam as desigualdades de gênero no sentido em que elas assumem o trabalho agrícola sem se desvincular da responsabilidade do trabalho doméstico.

Ao falar de trabalho doméstico, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) elevam esta dimensão ao dar conteúdo ao tempo de vida com tempo de trabalho (produtivo e doméstico) e tempo de não trabalho. Dessa forma, ele propõe focar na carga de trabalho total ou global para tornar visível o trabalho doméstico-familiar. A diferenciação entre tempo de trabalho produtivo e tempo de não trabalho facilita a compreensão da condição de “dupla presença” da mulher.

Tal conceito tem permitido compreender a situação das mulheres agricultoras, pois o volume e a qualidade do trabalho familiar continuam a condicionar as mulheres à sua ausência ou presença no mercado de trabalho “produtivo”, que gera capital. Como o capital pode ser entendido como uma forma de poder, pois permite que seu detentor consiga manter uma condição de segurança financeira que o permite ter mais escolhas na vida. E, portanto, vemos que tal divisão sexual do trabalho, pode ser entendido como uma relação de poder, que têm na divisão do trabalho uma de suas principais manifestações (SILVA et al., 2020).

Na época atual, a dupla jornada de trabalho, familiar e no trabalho de geração de capital, é o modo como a maioria das mulheres tem ao participar do mercado de trabalho. Silva et al. (2020) defendem que a expansão da dupla jornada tem levado a algumas alterações na divisão social e sexual do trabalho, vigente segundo o modelo do “macho chefe de família”, mas sempre à custa de uma acumulação de trabalho por mulheres adultas.

É uma aparente contradição quanto à divisão do trabalho, onde, na esfera doméstica, ela permanece inalterada. Enquanto em um nível social mais amplo, na esfera do trabalho de geração de capital, as mulheres são incorporadas às atividades produtivas. Tal fato pode ser observado na fala das mulheres entrevistadas na pergunta número 12: existe uma divisão sexual do trabalho?

Resposta: Em casa a única coisa que eu ainda não faço é pegar o tratorzinho, o resto tudo eu faço junto com ele. Fazemos todos as mesmas coisas. Mas às vezes um vai para a horta e o outro vai para o maracujá e outras vezes a gente faz tudo junto. Os dois vão para a roça tirar a macaxeira, os dois recolhem o maracujá. Mas é mais a gente quem vende na feira. Os guichês da feira, a maioria que vende somos nós, as mulheres. Os nossos maridos geralmente vão entregar, quem entrega. Vão entregar nas padarias, nos mercadinhos, nas mercearias. Enquanto a gente fica no guichê na feira.

As entrevistadas não citam o trabalho doméstico como parte do trabalho da vida delas. Elas citam o trabalho da roça, ou seja, elas dizem que fazem as mesmas funções que o marido, mas não falam se esse marido acaba fazendo algum serviço doméstico dentro da casa.

Neste sentido percebe-se um universo de pouca mudança de tempos atrás para agora, no que se refere às jornadas de trabalhos de mulheres entre os cuidados com o lar e o trabalho também fora. Portanto, dentro dessa amplificação das mulheres em suas duplas jornadas estaria a dificuldade em visualizar sua própria condição.

Um contraponto dentro dessa divisão de trabalho se dá no cuidado com os filhos. Neste caso, as mulheres entrevistadas relataram que a divisão desse dever é de ambos, portanto, sendo tarefa do casal o envolvimento nos cuidados com a educação dos filhos.

Spanevello et al. (2019) desenvolvem a sua proposta da dupla presença como outras formas de encarar a atividade laboral, reconhecendo a especificidade do trabalho feminino e assumindo a dupla presença como ferramenta teórica para abordar a complexidade do trabalho e da atividade laboral. Tal complexidade advém do fato de que múltiplos espaços, relações e grupos sociais se confluem e se formam no trabalho, para além das relações de trabalho.

Em sua análise sobre a importância de desenvolver uma abordagem holística para as políticas de cuidado¹², Silva et al. (2020) apontam que é necessário repensar os pressupostos dos papéis de homens e mulheres na esfera doméstica. Ele observa que a divisão de gênero desigual do trabalho de cuidado não remunerado é um dos principais problemas que limitam a possibilidade de as mulheres se tornarem cidadãs trabalhadoras totalmente autônomas. Isso também se traduz em riscos para o bem estar da mulher na velhice, ao permanecer fora do mercado de trabalho e não contribuir para o seu bem estar futuro.

Cardoso e Schmidt (2019) expressam que as condições em que a atividade laboral é exercida são importantes para a qualidade de vida dos trabalhadores. Mas também são importantes as condições em que a vida cotidiana ocorre além do emprego ou atividade produtiva, que compreende a organização dos tempos, dos horários, dos espaços e da carga total do trabalho doméstico e de cuidados da pessoa ou pessoas que o executam.

No caso das mulheres, trabalho e família estão sempre ligados entre si e grande parte de seu trabalho não é remunerado monetariamente, mesmo quando se trata de tarefas produtivas. Por seu lado, os homens costumam desempenhar um papel marginal nas tarefas domésticas, pois em teoria é ele quem se encarrega de fazer o trabalho remunerado fora de casa (PEREIRA; MARCOCCIA, 2019).

Estas desigualdades sempre existiram, porém, com uma maior inserção da mulher nos processos produtivos que se dão na agricultura, elas têm se intensificado. Deste modo, provocando mudanças na estrutura produtiva e social rural que, em nível nacional, vêm sendo observadas desde a década de 1980, que implicam na incorporação das mulheres na vida produtiva (SANTOS; BOHN; ALMEIDA, 2020).

Segundo Martins e Barbosa (2022), as implicações dessas mudanças para as mulheres podem ser resumidas em aumento do tempo de trabalho (através da acumulação de produção e trabalho doméstico); dificuldades de acesso a outras atividades (associativas, sociais, culturais, formativas, de lazer etc.) por falta de tempo; acesso preferencial às ocupações remuneradas cujo ritmo e horários facilitam a conciliação com o trabalho doméstico, o que vem reforçando a incorporação de

¹² A atenção que é dada aos membros da família que necessitam de cuidado especial, como crianças, idosos e outros.

mulheres em condições precárias ou instáveis (tempo parcial, trabalho sazonal, empresa familiar, autoemprego).

No trabalho produtivo no âmbito da Attafex-San, praticamente não há uma nítida divisão de tarefas entre homens e mulheres. Ambos realizam as mesmas atividades, na forma de revezamento, de acordo com as características de cada tarefa e da disponibilidade de cada um. Este é um achado que destoa da realidade nacional e até mundial, em que se observa que a divisão sexual do trabalho é bem marcada, constituindo na sociedade o básico para manter a subordinação da mulher, Herrera (2014). Em contraste, nas atividades relacionadas com a comercialização da produção na Attafex-San, são mais marcadas por relação de gênero. Cabendo às mulheres a venda nas feiras e aos homens o serviço de entrega dos produtos, quando vendidos por encomenda.

Porém, vemos que tanto nas atividades de produção quanto nas de comercialização dos produtos, as mulheres da Attafex-San dizem não sentir que ocupam uma posição subordinada. Além disso, elas participam diretamente no processo de gestão da propriedade familiar. Pode-se inferir a partir desses resultados que, embora as atividades da mulher voltadas para os afazeres domésticos sejam invisibilizadas pelos homens, com relação ao trabalho na roça e na feira o trabalho feminino é reconhecido pelos seus companheiros. Os homens, portanto, reconhecem o papel do trabalho na roça e nas vendas, assim como a contribuição das mulheres na promoção do desenvolvimento agrícola e rural local nestes trabalhos específicos.

Quanto à divisão dos recursos oriundos da comercialização da produção familiar, existem duas dinâmicas no âmbito da Attafex-San. Algumas famílias dividem equitativamente a renda obtida, ou seja, os recursos são divididos igualmente entre homens e mulheres, bem como os gastos familiares também. Enquanto em outras famílias os recursos obtidos por membro ficam com ele próprio, e as despesas domésticas são divididas. Conforme observamos na pergunta número 11: o crédito da produção da Agricultura Familiar é atribuído a todos ou somente ao "chefe da família"?

Resposta: Algumas rendas sim, outras não. Todos dividem. Mas às vezes eu produzo na horta e meu marido maracujá. Por exemplo, ele fica com dinheiro dele e eu com o meu. Compro roupas para os meninos, coisas para casa e para mim.

Algumas entrevistadas afirmaram que ficam com dinheiro das vendas dos produtos agrícolas. Enquanto, outras mulheres afirmam que há uma divisão dessa renda entre os respectivos maridos. Eles ficam com o dinheiro da venda da polpa de maracujá, enquanto elas recebem o dinheiro da venda dos produtos da horta. Quanto ao uso do dinheiro adquirido pela venda dos produtos, algumas mulheres afirmam haver uma divisão entre os esposos. Elas usam o dinheiro que receberam para comprar produtos para seus filhos, para casa e para elas. E o dinheiro que o marido recebe, não foi mencionado qual a finalidade.

Essas falas reforçam o que alguns autores descrevem, que a renda nas mãos das mulheres é um dos elementos que melhora a qualidade de vida da família, pois essas com poder de renda tendem a comprar produtos para seus dependentes e para o domicílio, além de melhorar a qualidade da alimentação da família. (Gomes et al, 2013). Já sobre a forma de distribuição, os homens geralmente ficam responsáveis pela venda de produtos agrícolas de maior valor comercial, enquanto as mulheres são responsáveis pela venda de produtos como as hortaliças, apesar de participarem de todas as etapas de plantação, colheita e preparo, como transporte e à venda.

As participantes deste estudo confirmam as desigualdades dentro da família quanto à distribuição das tarefas, embora algumas tenham apontado que os homens ajudam nas tarefas domésticas. Elas também declararam preferir o trabalho na roça ao de casa, porque na agricultura as tarefas (plantio, tratos culturais e colheita) são realizadas periodicamente, algumas delas a cada 15 dias, enquanto que o trabalho de casa ocorre cotidianamente. Conforme evidenciado pela pergunta de número 09: na distribuição das tarefas, vocês consideram que há desigualdade dentro da família?"

Resposta: É melhor estar na roça, do que estar dentro de casa. Entre cuidar da casa e estar na roça preferia tá na roça, porque na roça faz um trabalho e tem que repetir depois de uns 15 dias. O trabalho de casa é todo dia.

As mulheres inquiridas relataram que os homens deveriam "ajudar" nas tarefas da casa. E elas preferem trabalhar na roça do que fazer as tarefas domésticas, por essas serem diárias e repetitivas, enquanto o serviço na roça tem uma maior variação e algumas partes desse trabalho só precisam ser feito alguns dias depois.

Através dessa fala é possível identificar que há uma desigualdade entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, segundo Costa, 1998. As mulheres são encarregadas pelo trabalho do Cuidado da casa, lavar, cozinhar, cuidar dos

outras pessoas da família, filhos, idosos, pessoas doentes entre outras tarefas (Costa 1998).

Para (Conte, 2018), as mulheres, realizam mais trabalhos domésticos, que não são remunerados. Não reconhecido como um fator importante para a manutenção do bem-estar familiar e social. Esse trabalho doméstico, não é considerado produtivo, ou seja, improdutivo e em geração de valores na visão capitalista (e sem valor de troca) sem considerar a importância e a influência do serviço doméstico para a realização do trabalho produtivo.

Para isto ocorrer, tanto homem, quanto a mulher precisam estar alimentados e necessitam de ambiente limpo e organizado, os filhos precisam ser monitorados e cuidados ao longo do dia, encaminhados para a escola, como relata, uma mulher entrevistada. Todas essas tarefas são realizadas pelas mulheres, antes ou após o trabalho na roça. Mas, é invisibilizado, muitas vezes até no discurso dessas mulheres, quando afirmam que os homens deveriam "ajudar" mais no serviço doméstico. Atribuindo o trabalho doméstico às mulheres, enquanto que ao homem espera-se uma menor participação na realização dessas atividades, contribuindo apenas em alguns momentos em forma de ajuda. Esta fala expressa bem o que alguns autores falam de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (doméstico) entre homens e mulheres. (Costa, 1998).

Destaca-se, ainda, neste estudo, a invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres por parte de seus companheiros, que não reconhecem os esforços delas, já que consideram a atividade de cuidados do lar como uma obrigação natural e intrínseca à condição de mulher, esposa e mãe. Tal fala fica evidente na pergunta de número 10, que diz o seguinte: na sua família o serviço doméstico é visto como trabalho?

Resposta: Não veem como trabalho e não reconhecem nosso esforço. A gente tem como uma obrigação, essa é a verdade. Temos como obrigação manter a casa limpa e, cuidar de casa e de tudo mais.

As entrevistadas afirmam que as pessoas do grupo familiar não reconhecem o trabalho doméstico, mais que isso, consideram que é obrigação dessas mulheres na limpeza da casa e demais afazeres domésticos. Além dos cuidados com familiares, assistência na educação e cuidados em saúde de todos da família. Apesar de ser essencial para o funcionamento da dinâmica familiar esses serviços prestados por essas mulheres são invisíveis e visto como função primária da mulher. E é assim

considerado pela sociedade e governo, que subestima o papel da mulher no campo e demais áreas da sociedade (Almeida, 2019).

Calcanhoto, (e tal, 2019), fala em "cegueira de gênero", para expressar a ideia que as políticas e programas voltados para os trabalhadores do campo, ignoram ou substitua a importância da Mulher em sua dupla jornada de trabalho, e papel fundamental no bem-estar familiar.

Essa situação remete às palavras de Herrera (2014), a agricultura familiar é uma conformação socioeconômica em que melhor se reflete a confusão entre trabalho doméstico não remunerado e trabalho produtivo remunerado; trata-se de um empreendimento familiar que se baseia no trabalho de um casal, em que a mulher costuma ajudar o marido em inúmeras tarefas do dia a dia. O seu trabalho na roça é normalmente complementar, no entanto, a sua presença e trabalho servem para consolidar o tecido social que sustenta a sua família. As mulheres na agricultura têm uma história poderosa para contar – uma história de administração, resiliência e liderança – de todos os lugares, desde a colheitadeira até a sala de reuniões.

As mulheres são a espinha dorsal da economia rural, especialmente nos países em desenvolvimento. Eles representam quase metade dos agricultores do mundo e, nas últimas décadas, ampliaram seu envolvimento na agricultura. O número de famílias chefiadas por mulheres também aumentou à medida que mais homens migraram para as cidades. Como cuidadoras primárias das famílias e comunidades, as mulheres fornecem comida e nutrição; eles são o elo humano entre a fazenda e a mesa.

À medida que a comunidade global trabalha para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – entre eles, o ODS2, que visa acabar com a fome e a desnutrição até 2030 – as mulheres podem ser os principais agentes de mudança na agricultura, nutrição e desenvolvimento rural. Com melhor acesso à informação, treinamento e tecnologia, as mulheres podem alterar a produção e o consumo de alimentos para que a terra e os recursos sejam usados de forma sustentável.

Várias estimativas indicam que as mulheres rurais da América Latina e Caribe (ALC) são responsáveis pela produção de aproximadamente 45% dos alimentos consumidos pelas famílias rurais da região (várias outras estimativas indicam que as mulheres rurais são responsáveis pela produção de 60 a 80% dos alimentos

produzidos em países em desenvolvimento em todo o mundo). Além de seu papel como produtoras, as mulheres rurais na ALC, e à semelhança do que ocorre em outras regiões do mundo, têm outros papéis importantes ao atuarem como feirantes de excedentes, administradoras do lar, curandeiras, conselheiras, líderes comunitárias, mães e esposas. Questões que limitam o desenvolvimento das mulheres nas áreas rurais são a desigualdade nas condições de trabalho e no acesso a oportunidades de trabalho; acesso limitado a insumos produtivos, particularmente à propriedade da terra; e crédito insuficiente. Tudo isso resultou no aumento da migração para áreas urbanas, principalmente de mulheres jovens, onde elas se tornam propensas à exploração e, em muitos casos, a novas formas de escravidão.

Cardoso e Schmidt (2019), sobre o papel das mulheres na agricultura expressam que se pode dizer que o trabalho doméstico é, em geral, invisível, a mulher agricultora é duplamente invisível, porque não só inclui o doméstico, mas também uma boa parte das tarefas de produção difíceis de contabilizar. Com efeito, só é considerado trabalho “real” aquele que está relacionado com a produção e, em geral, a maioria das tarefas das mulheres na agricultura não são diretamente orientadas para o mercado. Portanto, sua contribuição é subestimada.

As hortas femininas ou os lotes das casas muitas vezes não são contabilizados como agricultura, mas desempenham um papel importante, especialmente no fornecimento de diversidade alimentar. Em alguns contextos, as mulheres também cultivam uma grande parte dos cereais básicos ou tubérculos que são consumidos pela família. Assim, aumentar a produtividade agrícola das mulheres nessas áreas pode ser importante para garantir o fornecimento adequado de macro e micronutrientes para suas famílias. Além disso, as mulheres contribuem para os produtos agrícolas comercializados por meio de seu trabalho, mesmo que os alimentos produzidos não sejam necessariamente atribuídos a elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da Attafex-San apresenta um modelo para fortalecer a capacidade organizacional, e de liderança, das mulheres trabalhadoras do setor da economia informal. As experiências apresentadas neste estudo configuram um horizonte de mudança social e empoderadora para as mulheres. Essa mudança mostra-se, a nosso ver, benéfica para a sociedade santanense como um todo. Seu maior valor reside no fato de tornar visível a luta das mulheres dos setores populares para a construção de uma sociedade justa, e com economia redistributiva, livre de todas as formas de violência.

A participação dessas mulheres, como sujeitos ativos de mudança social, na Attafex-San resgata o conhecimento de mulheres que têm sido sujeitos-chave no nível de desenvolvimento econômico, embora elas continuem sendo sujeitas invisíveis nas análises macroeconômicas. Também demonstra o papel fundamental das mulheres na garantia de sistemas e cadeias alimentares sustentáveis. O que é especialmente importante, não apenas em um mundo em crise, mas também em termos de conquistas no âmbito de iniciativas que visem a afirmação, e construção de direitos universais.

Na visão de desenvolvimento alternativo gerado por essas narrativas de emancipação, as mulheres concebem modelos de produção econômica participativa, e empreendedorismo que potencializam o tecido social da comunidade. Esta cultura participativa não é acidental, mas sim uma opção política inspirada por uma ideia de justiça social que é benéfica para a sociedade em geral. Que não se limita às mulheres diretamente envolvidas nas experiências, mas reúne mulheres e homens de diversas origens e setores e posições sociais em torno de objetivos de mudança compartilhados.

As abordagens metodológicas e estratégicas utilizadas por essas mulheres destacam seu poder de transformar a opressão e a discriminação em oportunidades de empoderamento individual e organizacional. Por meio de experiências de empreendimentos socioprodutivos, as mulheres da Attafex-San, oriundas de setores populares, não apenas melhoram suas condições de vida, mas também fortalecem seus níveis econômicos, desestabilizam o *status quo* cultural ao redefinir a posição das mulheres na economia.

Sair da roça e entrar em contato com os consumidores, significou para as produtoras um fator de ruptura do isolamento, de sociabilidade e empoderamento. O comércio da produção agrícola é um trabalho que promove o diálogo, a negociação, a intersubjetividade, por meio dele, as mulheres descobrem que havia outras formas de ser mulher, mais autônomas. Além disso, a comercialização nas feiras fez com que as mulheres passassem a obter dinheiro pelo seu trabalho, a administrá-lo e a recebê-lo semanalmente.

A isso se somam outras conquistas importantes como mudanças nas relações de gênero, especialmente na divisão sexual do trabalho na família, e maior participação das mulheres em organizações de produtores mistas, para o movimento de solidariedade.

Em consonância com o projeto nacional de transformação da economia brasileira no campo, a facilidade de aquisição de crédito promovido pela Attafex-San busca fortalecer o potencial produtivo e transformador das mulheres dos estratos sociais mais excluídos. Em síntese, o crédito assume-se como uma alavanca para promover uma mudança nas condições de vida das mulheres e uma mudança na estrutura econômica e sociocultural do Estado.

Assim, pode-se falar de dois níveis de transformação. A curto prazo, pretende-se fortalecer as capacidades empreendedoras, produtivas, e negociadoras das mulheres. De forma que sejam reconhecidas como agentes produtoras nos mercados locais. A longo prazo, procuram transformar as políticas e práticas que as subordinam no mercado de trabalho, as discriminam nos processos de distribuição de recursos e riquezas e as definem como os únicos responsáveis pelos processos de reprodução social.

É possível perceber que a participação das mulheres do Assentamento Anauerapucu na produção e comercialização dos produtos agrícolas é realizada de forma ativa e constante, inclusive participando de modo intenso nas reuniões da associação. Todavia, verificamos também que elas acumulam uma dupla jornada de trabalho, pois além dos deveres e responsabilidades como agricultoras, são responsáveis também pelo cuidado da casa, dos filhos, das pessoas idosas, assim como de outros afazeres domésticos.

Essas mulheres se organizam não só para produzir e gerar renda, mas também para transformar sua realidade material, social e cultural. Seus modelos reitera o

papel fundamental da pequena produção local liderada por mulheres, a possibilidade de modelos mistos de comercialização (venda e troca), modelos produtivos baseados na associatividade que fortalecem os mercados locais. São opções altamente estratégicas no sentido de garantir a autossuficiência de dezenas de famílias da região.

Alguns desafios para a Attafex-San são aqui propostos: continuar com o fortalecimento organizacional das famílias produtoras; incorporar tecnologias ambientalmente amigável para melhorar a produção, colheita e rendimentos pós-colheita; consolidação e fortalecimento da organização com apoio financeiro voltado a assistência técnica e administrativa para facilitar a coordenação de um trabalho que mantém a identidade, respeita a origem; e gestão junto às instâncias governamentais para o incentivo do consumo dos produtos agrícolas comercializados na merenda escolar, creches e etc.

Porém é bom salientar as lacunas da pesquisa. Não foi possível obter dados da visão do homem sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres. Não por falta de interesse desta pesquisadora, mas por não ter sido viável. Portanto, deixamos tal questionamento para uma próxima pesquisa.

Como uma possível orientação para o futuro, vemos que a implantação de políticas públicas que apoiem o empreendedorismo, e que facilitem o transporte de produtos do assentamento para as feiras, como a melhora das condições das estradas, seriam fundamentais para o desenvolvimento desta região. Além disso parcerias com entidades públicas e privadas que adquirissem os produtos diretamente do produtor rural, e também que aumentem a demanda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Flamarion Dutra. **Faces da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro**. Curitiba: Appris, 2016.

ALMEIDA, Luymara Pereira Bezerra de. **Luta de mulheres sem-terra pelo reconhecimento e soberania e segurança alimentar e nutricional**: imagens de um cotidiano. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/242036/001144455.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 16 jun.2022.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UnB, p. 1-23, 2007.

ANTONIO, Gerson José Yunes et al. O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Boletín de Estudios Geográficos**, 113, 2020. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/217683/1/O-protagonismodasmulheres-rurais.pdf> . Acesso em 28 abr.2022.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. BNDES, Banco Nacional do Desenvolvimento **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf> acessado em:11/12/2022.

BARBOSA, Maria L. D. A.; LERRER, Débora F. O Gênero da Posse da Terra: um estudo sobre o poder de negociação de mulheres titulares de lotes via reforma agrária. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4. n. 8, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5896101.pdf> . Acesso em 28 jul.2022.

BERDEGUÉ, Julio A.; FUENTEALBA, Ricardo. Latin America: The state of smallholders in agriculture. In: IFAD conference on new directions for smallholder agriculture. 2011. p. 25.

BOAVENTURA, Kárita de Jesus; JÚNIOR, Éder Dasdorian Porfírio; VAZ, Wesley Fonseca; NETO, Carlos de Melo e Silva; SILVA, Sandro Dutra. **Agroecologia: Conceito, história e contemporaneidade**. v. 5 (2018): Anais do V Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás (CEPE/UEG): Ciência para redução de desigualdades. Publicado em: 2019-05-29

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. Editora : Bertrand Brasil; 19ª edição, 2019.

BLUM, Robert W.; MMARI, Kristin; MOREAU, Caroline. It begins at 10: How gender expectations shape early adolescence around the world. *Journal of Adolescent Health*, v. 61, n. 4, p. S3-S4, 2017.

BRASIL. a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. **Que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal**. Brasília, 25 de fevereiro de 1993, 172º da Independência e 105º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629compilado.htm acessado em 29 de dezembro de 2022.

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº.11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11326.htm . Acesso em 06 mai.2022.

_____. Governo do. **Mais mulheres estão presentes na agricultura familiar, mostra estudo da Conab**. Disponível em <https://www.gov.br/ptbr/noticias/agricultura-epecuaria/2020/10/mais-mulheres-estao-presentes-naagricultura-familiar-mostra-estudoda-conab> . Acesso em 10 maio.2022.

_____. Presidência da República. Lei Nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-segurancaalimentare-nutricional> . Acesso em 11 jul.2022.

_____. LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Acessado em 01/12/2022. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm

CALCANHOTO, Roberta et al. Segurança alimentar e nutricional: percepção de mulheres de um assentamento rural. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 2, n. 1, 2019. Disponível em <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/download/391/337> Acesso em 19 jul.2022.

CALLEGARO, Iara do Carmo. **Culturas alimentares, biodiversidade e segurança alimentar no território de identidade**. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

CAMPOS, Jussara Maysa et al. Gênero, segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade: o Programa das Mulheres Mil em foco. **Temas Livres Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4qtnbwDsbs3YdYXWdw6szWs/?lang=pt> Acesso em 22 jul.2022.

CARDOSO, Suelem Silveira; SCHMIDT, João Pedro. Desigualdade de gênero e desafios para o empoderamento das mulheres agricultoras. **Humus**, v. 9, n. 26. Disponível em

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/11279>.

Acesso em 22 nov.2022.

CARDOSO, Andrezza Ethyenne Rocha; PINTO, Neuzeli Maria de Almeida. Movimento de mulheres rurais: participação política, trabalho e grupos produtivos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14944> Acesso em 23 nov.2022.

CARVALHO, Débora Jucely de. **O empoderamento da mulher na agricultura familiar de Carvalhópolis - MG**. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2012.

CELENTANI, Francesca Gargallo. **Feminismos de Abya Yala**: ideas e preposiciones de las mujeres de 607 pueblos em Nostra América. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2021.

CEPEA- Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mulheres no Agronegócio**. Piracicaba, v. 1, Novembro|2018.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; FIORI, Elaine Gomes; REDOLFI, Solange Cavalcante. **Guia de segurança alimentar e nutricional**. Barueri, SP: Manole, 2015.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

CONTE, Isaura Isabel. **Aprendizados da luta**: mulheres camponesas do Brasil e indígenas do México. Curitiba: Appris, 2018.

CONTI, Irio Luiz; BAZOTTI, Angelita; RADOMSKY, Guilherme F. W. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: um estudo sobre a relação produçãoconsumo nos municípios de Toledo (PR) e Contagem (MG). **Extensão rural**, v. 22, n. 1, 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/11935> . Acesso em 3 jul.2022.

CORDEIRO, Andrea et al. **Mulheres do agro**: inspirações para vencer desafios dentro e fora da porteira. São Paulo: Letramento, 2019.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/Ufba e Assembleia Legislativa da Bahia, 1998. (Coleção Bahianas, vol.2).

COSTA, Edimare Ribeiro; DIAS, Acácia Batista. As Relações de Gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural:: Uma análise a partir da equipe técnica. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 2, p. 51-72, 2021.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Rev. Econ. Social. Rural**, v. 58, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/SgJJgFpm3hYySw4jfXYg9dH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 10 jul.2022.

DJURFELDT, Göran. Defining and operationalizing family farming from a sociological perspective. *Sociologia ruralis*, v. 36, n. 3, p. 340-351, 1996.

FAO, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Igualdade de gênero é fundamental para transformar os sistemas agroalimentares e combater a fome**. FAO/BRASIL, 2022. Disponível em <https://www.fao.org/brasil/noticias/detailevents/pt/c/1538020/> . Acesso em 8 out.2022.

FARIAS, Monique Helen Cravo Soares; BELTRÃO, Norma Ely Santos; SANTOS, Cleber Assis. Impactos dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia. **Rev. Mercator**, n. 17, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mercator/a/vX44jWHVrCKVQXsYjZ9kk6k/abstract/?lang=pt> Acesso em 10 out.2022.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro & SILVA, Irenildo Costa da. **A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá**. Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP - PRACS . ISSN 1984-4352 Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016: DISPONÍVEL EM: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>

GOMES JR.; Newton Narciso; ANDRADE, Erica Ramos. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por soberania alimentar. **Textos & Contextos**,. 12, n. 2, 2013. Disponível em : <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/14327/10749/> Acesso em 10 jul.2022.

GUIMARÃES, Marttina Sara Guimarães; SOUZA, Igor Guevara Loyola de. Dificuldades que as mulheres enfrentam ao empreender: o papel das competências empreendedoras e da resiliência humana na superação dessas barreiras. *Rev. Gest. Anál.*, v. 11, n. 2, 2022. Disponível em <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/download/4044/1587> Acesso em 02out.2022.

GUIMARÃES, M. C.; BRISOLA, M. V.; ALVES, R. A. Valores culturais, cultura brasileira e relações de trabalho no campo. **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 16, p. 1669-1679, 2005.

GUILHOTO, Joaquim et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados (Family agriculture's gdp in Brazil and in it's states). **V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2007.

HERRERA, Karolyna Marin. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, v. 15, 2016. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2016v15nesp1p208> Acesso em 24 nov.2022.

INCRA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Informação acessada em 01/12/2022, disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reformaagraria/assentamentos>

IIDA, Itiro; BUARQUE, L. Ergonomia Projeto e Produção [Internet]. São Paulo: Edgard Bluncher, 2016.

LAQUEUR, Thomas; WHATELY, V. Inventando o sexo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, Sérgio Pereira. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Unesp, 2004.

KAUTSKY, Lena. Monitoring eutrophication and pollution in estuarine environments—focusing on the use of benthic communities. *Pure and applied chemistry*, v. 70, n. 12, p. 2313-2318, 1998.

LOLI, Dayane Andressa; LIMA, Romilda de Souza; SILOCHI, Mary Helena Quint Silochi. Mulheres em contextos rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, V. 27, 2020. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/issue/view/1638> Acesso em 13 jul.2022.

LORETO, Rafael de San. Associações: Entendendo o direito associativo. Acessado em 01/12/2022. Disponível em: <https://rloreto.jusbrasil.com.br/artigos/547485966/associacoes>

LUSA, Mailiz Garibotti. Relações de gênero no campo: a superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. *Revista Gênero*, v. 13, n. 1, 2012.

MARTINS, Ydávila Vasconcelos; BARBOSA, Lia Pinheiro. A participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús – Ceará. **Rev. Bras. Educ. do Campo**, v. 7, 2022. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/12924> . Acesso em 24 nov.2022.

MELO, Janaina Cavalcante de. **Trabalho das mulheres rurais, relações de gênero e segurança alimentar e nutricional: o caso do acampamento Margarida Alves - Moreno/PE**. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2014. Disponível em <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4532> . Acesso em 18 jun.2022.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Rev. Soc. Estado**, v. 33, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/abstract/?lang=pt> Acesso em 18 out.2022.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade rancharia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

MESQUITA, Gabriella Riad Iskandar. **Particularidades do trabalho agrícola da mulher: revisão da literatura**. Seminário (Mestrado em Ciência Animal) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/67/o/PARTICULARIDADES_DO_TRABALHO_AGRICOLA_DA_MULHER.pdf?1353349531 Acesso em 23 nov.2022.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. São Paulo: Icaria, 2016.

MIRALHA, Wagner & Hespanhol. Rosângela Ap. de Medeiros. **A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – SP** - III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005 Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Wagner%20Miralha.pdf> acessado em 29/12/2022.

MOURÃO, P.L. **Agricultura familiar em Abaetetuba: Um olhar sobre as práticas agroecológicas e as relações de gênero**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MÜLLER, Helena de Lima. **Agrobiodiversidade, sistemas agroflorestais e protagonismo feminino: contribuições à soberania e segurança alimentar e nutricional**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/230665/001132268.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 jun.2022

NANTHAPA, César N.; BATA, Eduardo Jaime. O associativismo agrícola como estratégia para o desenvolvimento comunitário: uma análise da Associação dos camponeses 16 de junho de Mpaco, Nacala-Porto, Moçambique. **Revista Campo-Território**, v. 15, n. 37, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/51811/30110> Acesso em 20 nov.2022.

NASCIMENTO, Diocélia; MOTA, Dalva Maria da. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 28, n.3, 2020. p. 721743. Disponível em https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa283_10_mulheres/esa28-2_10_html Acesso em 11 abr.2022.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Aurora**, v. 4, n. 6, 2010. Disponível em <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf> Acesso em 2 mai.2022.

NUNES, Alessandra Garcia Machado et al. Relação entre igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. **Gênero**, v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/download/50026/30727> Acesso em 11 mai.2022.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula. Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. **Rev. Bras. de Educação**, v. 24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/V8szm5DgLrxMv8s7SxYRfqt/?lang=pt&format=html> Acesso em 23 nov.2022.

QUELHAS, Ana Cristina; JOHNSON-LAIRD, Philip N. The modulation of disjunctive assertions. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 70, n. 4, p. 703-717, 2017.

ROCHA, Brizabel M. da. **Política de segurança alimentar nutricional e sua inserção no sistema único da assistência social**. Jundiaí, SP: Paco, 2012.

ROCHA, Cecília et al. **Segurança alimentar e nutricional**: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

ROSA, Valdilene Monteiro; SOUSA, Katiúcia Freitas; SZULCZEWSKI, Nívia Alves Sales. Educação ambiental: o papel das mulheres na preservação do ambiente. **Natural Resources**, v. 6, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/naturalresources/article/download/SPC2237929/0.2016.001.0002/717/> . Acesso em 11 jul.2022.

SANTOS, Geovane Tavares dos. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado do Amapá: contribuições e limitações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Mazagão (2010 - 2018)**. – Macapá, 2020. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Orientador, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

SANTOS Jordan Brasil dos; BOHN, Liana; ALMEIDA, Helberte João França. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. *Textos de Economia*, v. 23, n. 1, 2020. Disponível em <https://scholar.archive.org/work/pgvps33q4vaybni35qpaad2ine/access/wayback/http://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/21758085.2020.e71525/43878/> Acesso em 21 nov.2022.

SANTOS, Mateus Fernandes dos; MACIEL, Marluse Castro. O desafio da produção agrícola nos assentamentos diante do agronegócio. **Anais da XI Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar (MICTI)**, v. 1 n. 11, 2018. Disponível em <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/micti/article/view/1024> Acesso em 18 nov.2022.

SANTOS, Laiany R. S. **Feminismo e resistência**: a espacialidade da luta das mulheres camponesas em Sergipe. São Paulo: Dialética, 2022.

SANTOS, Tatiana Tomal Brondani dos; TORRES, Ricardo Lobato. Efeitos do acesso ao mercado institucional sobre a segurança alimentar e nutricional no município de Almirante Tamandaré, Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n.2, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/kXVXRS8wQDWvVdqybxFXnd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 jul.2022.

SANTOS, Mayara Galvan dos. **Trabalho e gênero**: mulheres no contexto da agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/189025/001087822.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 30 mai.2022.

SCARIOT, Raul. **Agricultoras familiares e sua inserção no PNAE em Tapejara/RS**. Monografia (Bacharelado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180333/001066772.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 22 nov.2022.

SILVA, Carmen; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Nosso trabalho tem valor? mulher e agricultura familiar**. São Paulo: SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, 2005.

SILVA, Gabriela Bernardes. **Mulheres na agricultura familiar**: terra, trabalho e família na comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO). Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, GO, 2016.

SILVA, Alessandra Maria et al. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 1, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/C3DL9PMvDwhThdGSfH7kzDz/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 12 jul.2022.

SOUZA, Wlaumir Doniseti de. **Sociedade, história e relações de gênero**. Jundiaí, SP: Paco, 2016.

SPANEVELLO, Rosani Marisa et al. Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. *Desenvolvimento em Questão*, v. 17, n. 48, 2019. Disponível em <https://www.redalyc.org/journal/752/75260400017/75260400017.pdf> Acesso em 23 nov.2022.

STELLMANN, J. P.; KUHN, M.; TÖPPER, R. Chronic facial pain due to a brainstem cavernoma. *Fortschritte der Neurologie-psychiatrie*, v. 75, n. 9, p. 552-554, 2007.

URDAN, Graziela Costa. **Mulheres e líderes empreendedoras estudo de caso da Lídera**. Monografia (Bacharelado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/39856/39856.PDF> Acesso em 8 set.2022.

VIGNOLA, Raffaele et al. Ecosystem-based adaptation for smallholder farmers: Definitions, opportunities and constraints. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 211, p. 126-132, 2015.

WOOD, Glenice. Gender stereotypical attitudes: past, present and future influences on women's career advancement. *Equal Opportunities International*, 2008.

APÊNDICE 01

**TRANSCRIÇÃO DAS PERGUNTAS REALIZADAS NA ENTREVISTA EM
FORMATO DE RODA DE CONVERSA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2022.**

- 1. Como e quando surgiu a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana (Attafex-San)?**
- 2. Como se dá o envolvimento das integrantes na Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana?**
- 3. Quanto à participação feminina na Associação, ela é exercida de forma paritária com a masculina: Explique.**
- 4. Quais os projetos e atividades desenvolvidas pela Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar e do Extrativismo de Santana?**
- 5. Se existente, como se dá o trabalho de formação e conscientização das integrantes da Attafex-San?**
- 6. A Associação mantém algum projeto voltado para a melhoria da renda familiar das trabalhadoras?**
- 7. Quais os principais entraves encontrados pelas trabalhadoras com relação à produção e comercialização dos produtos?**
- 8. Com relação à todas as atividades desenvolvidas no âmbito casa/campo/comercialização de produtos, como vocês se inserem? Há dupla/tripla jornada de trabalho de mulheres?**
- 9. Na distribuição das tarefas, vocês consideram que há desigualdades dentro da família?**

10. Na sua família o serviço doméstico é visto como trabalho?

11. O crédito da produção da agricultura familiar é atribuído a todos ou somente ao “chefe da família”?

12. Existe uma divisão sexual do trabalho?

13. Vocês, como mulheres rurais, sentem que ocupam uma posição subordinada com relação ao homem e seu trabalho tem pouco reconhecimento?

14. Considerando a organização de mulheres produtoras do assentamento Anauerapucu, vocês concordam que hoje em dia as mulheres têm bem mais direitos do que antes?

15. Por meio de organização de mulheres produtoras do assentamento Anauerapucu vocês conseguem acessar linhas de crédito em seu nome?

16. Vocês concordam que direitos como décimo terceiro salário, férias, licença maternidade e aposentadoria são direitos que foram conquistados a partir de movimentos de luta de mulheres?

17. Vocês têm participação na gestão da propriedade e diante do trabalho agrícola?

18. De que forma vocês se identificam dentro do processo de produção e comercialização dos produtos agrícolas?

19. Quais as alternativas que se podem indicar para o atual modelo de desenvolvimento agrário, produtivista e excludente das mulheres